

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MILENA DORNELES RODRIGUES

**A POBREZA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO: AS
ORIGENS DA SUA MANIFESTAÇÃO SOCIAL**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

MILENA DORNELES RODRIGUES

**A POBREZA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO:
AS ORIGENS DA SUA MANIFESTAÇÃO SOCIAL**

Defesa de dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientador: Dr. Carlos Nelson dos Reis

Porto Alegre

2022

Ficha Catalográfica

R696p Rodrigues, Milena Dorneles

A pobreza política na transição do feudalismo para o capitalismo : as origens da sua manifestação social / Milena Dorneles Rodrigues. – 2022.

91.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis.

1. pobreza política. 2. pobreza. 3. transição do feudalismo para o capitalismo. 4. resistência. I. Reis, Carlos Nelson dos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

MILENA DORNELES RODRIGUES

**A POBREZA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO:
AS ORIGENS DA SUA MANIFESTAÇÃO SOCIAL**

Defesa de dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Aprovada em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme

Prof. Dr. Rodrigo dos Santos Nunes

Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis - PUCRS

Porto Alegre

2022

Dedico esta dissertação à toda classe trabalhadora, principalmente, aqueles que lutam e almejam por uma sociedade menos desigual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, aos meus guias e mentores por me acompanharem e proporcionarem força e acolhida.

Agradeço à minha família que contribuiu das mais diversas formas para que o sonho do mestrado se tornasse verdadeiro. De maneira especial, meu pai João Vainer Dias Rodrigues, que me fez valorizar a educação, o ensino-aprendizagem e a produção de conhecimento como fonte principal de evolução humana.

A minha mãe, Santa Terezinha Dorneles Rodrigues, que sempre esteve presente, contribuindo através de palavras e atitudes, com atenção, dedicação, carinho e amor.

A minha irmã, Alice Dorneles Rodrigues, por todo companheirismo dedicado ao longo da vida.

Ao meu irmão, Bernardo Giovani Dorneles Rodrigues (In memoriam), aquele que me fez ter ânsia por buscar realizar os meus sonhos que também são nossos. A quem me ensinou sobre força e determinação, mas também, sensibilidade, me fazendo acreditar com confiança que o amor supera qualquer distância e barreira.

Agradeço a minha grande amiga e colega, Ana Carolina Vaz dos Santos, por toda parceria, sensibilidade, acolhida e refúgio ao longo dos anos.

À Rubya Soares Garcia, obrigada pela amizade, pelas trocas e companheirismo.

À turma de mestrado 2020/1, agradeço pelos momentos que tivemos, ainda que virtuais. Foram eles, que muitas vezes, me fortaleceram diante de um cenário tão emblemático vivido por todos nós.

À todos professores que passaram pela minha trajetória ao longo do período do mestrado, todos contribuíram para que minha criticidade e inquietação se tornasse mais intensa e genuína.

Agradeço de forma especial ao professor e orientador, Carlos Nelson dos Reis, por quem possuo profunda admiração e respeito. Gratidão pela generosidade, empatia e acolhida, com o senhor aprendi a me desafiar e descobri que sempre é possível romper com nossos medos e inseguranças.

À minha banca, Profa. Dra. Rosilaine Coradini Guilherme, profissional e pessoa pela qual possuo profunda admiração e eterna gratidão por todo acolhimento e troca de conhecimento compartilhado, ao Prof. Dr. Rodrigo dos Santos Nunes, agradeço a generosidade e parceria estabelecida nesses dois anos de mestrado.

Aos professores e colegas do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social – NEPES pelos momentos vividos até aqui.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS pelo espaço que proporciona de educação e ensino-aprendizagem. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pela bolsa integral de estudos.

Aos demais, todos aqueles que estiveram presentes em minha vida e que fortaleceram a ideia de que esse momento seria possível. O apoio e incentivo foi fundamental para que essa etapa fosse concluída, por isso, minha eterna e sincera gratidão.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Quando é verdadeira, quando nasce da necessidade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pelas mãos, ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todos, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada pelos demais. (Eduardo Galeano).

RESUMO

A presente dissertação, teve como objeto de estudo, a pobreza política no período de transição do feudalismo para o capitalismo, nesse sentido, buscou-se desvendar como este fenômeno se manifesta na sociedade. O objetivo principal do estudo consiste em apreender as alterações da pobreza política a partir da transição feudalismo-capitalismo com apoio da análise marxista, a fim de contribuir com os fundamentos do Serviço Social. Esta pesquisa partiu da inquietação da pesquisadora, frente o fenômeno da pobreza política e, como se manifesta na sociedade, assim, buscou-se realizar um resgate histórico no período delimitado, em um viés histórico que possibilita visualizar as alterações no campo político-econômico e social. Como caminho para o conhecimento, o estudo fundamentou-se no método materialista histórico-dialético, no qual evidencia-se as suas categorias centrais: historicidade, totalidade, contradição e mediação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório e bibliográfico, o qual teve a coleta de dados por meio de roteiro norteador e a ficha de leitura. Referente aos resultados do estudo realizado, evidenciou que a pobreza política se fez e faz presente desde as sociedades pré-capitalistas até o atual modo vigente, traz consigo inúmeros desafios e adversidades a sociedade, especialmente, as camadas mais subalternizadas, que vivenciam a situação de pobreza. Ainda, observou-se a importância dos movimentos políticos de resistência, sua potência e necessidade quando se pensa em articulação, força e efetivação sobre os interesses e demandas de um determinado segmento social. Nesse sentido, verifica-se a necessária produção acerca das temáticas relacionadas a pobreza, pois, acredita-se que ela se faz presente nos diferentes espaços ocupacionais do profissional de Serviço Social. Por fim, ao final do estudo, entende-se que foi possível apreender acerca do período de transição do feudalismo para o capitalismo em nível de pobreza política, suas modificações e consequências ao longo dos anos. Ainda, evidenciou-se de formas distintas, a necessidade de enfatizar movimentos políticos das classes que vivenciam situação de desigualdade e encontram-se em um espaço desvalorizado e desigual, para que assim, seja possível uma visão crítica e apurada da sociedade, a partir desse movimento consciente será possível propor estratégias de efetiva alterações na ordem estabelecida que desfavorece a grande massa populacional. E assim, será possível, ir na contramão dos fundamentos do individualismo e competição e exploração.

Palavras-chave: pobreza política. pobreza. transição do feudalismo para o capitalismo. resistência.

RESUMEN

Esta disertación tuvo como objeto de estudio la pobreza política en el período de transición del feudalismo al capitalismo, en este sentido, se buscó desvelar cómo este fenómeno se manifiesta en la sociedad. El objetivo principal del estudio es aprehender los cambios en la pobreza política de la transición feudalismo-capitalismo con el apoyo del análisis marxista, con el fin de contribuir a las bases del Trabajo Social. Esta investigación se basó en la preocupación del investigador por el fenómeno de la pobreza política y cómo se manifiesta en la sociedad, por lo que se intentó realizar una recuperación histórica en el período delimitado, en una perspectiva histórica que permita visualizar cambios en el ámbito político-económico y Social. Como camino hacia el conocimiento, el estudio se basó en el método materialista histórico-dialéctico, que destaca sus categorías centrales: historicidad, totalidad, contradicción y mediación. Se trata de una investigación cualitativa de carácter exploratorio y bibliográfico, que contó con la recolección de datos a través de un guión guía y un formulario de lectura. En cuanto a los resultados del estudio realizado, mostró que la pobreza política se hizo y está presente desde las sociedades precapitalistas hasta la modalidad actual actual, trae consigo numerosos desafíos y adversidades a la sociedad, especialmente a las capas más subordinadas, que experimentan la situación de pobreza. Además, se observó la importancia de los movimientos de resistencia política, así como su poder y necesidad al pensar en la articulación, fuerza y efectividad de los intereses y demandas de un determinado segmento social. En este sentido, existe una necesaria producción sobre los temas relacionados con la pobreza, ya que se cree que está presente en diferentes espacios ocupacionales del profesional del Trabajo Social. Finalmente, al final del estudio, se entiende que fue posible conocer el período de transición del feudalismo al capitalismo a nivel de pobreza política, sus modificaciones y consecuencias a lo largo de los años. Además, la necesidad de enfatizar los movimientos políticos de clases que viven una situación de desigualdad y se encuentran en un espacio devaluado y desigual se evidenció de diferentes formas, para que sea posible una visión crítica y certera de la sociedad, a partir de este movimiento consciente, Será posible proponer estrategias para cambios efectivos en el orden establecido que desfavorezca a la gran masa poblacional. Y así, será posible ir en contra de los fundamentos del individualismo y la competencia y la explotación.

Palabras clave: pobreza política. pobreza. transición del feudalismo al capitalismo. resistência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Estrutura social da era absolutista.....	22
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2 CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL DA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO - CAPITALISMO	20
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS SOB A ÓTICA POLÍTICA DO CONTEXTO TRANSITÓRIO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO	20
2.2 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA – ECONÔMICA DA POPULAÇÃO NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO – CAPITALISMO	30
3. AS MANIFESTAÇÕES DA POBREZA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO FEUDALISMO-CAPITALISMO	41
3.1 POBREZA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	41
3.2 A POBREZA POLÍTICA ENQUANTO FORMA DE RESISTÊNCIA E DESIGUALDADE	50
4. POBREZA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO: SOB A ECONOMIA E A SOCIEDADE	63
4.1 O REBATIMENTO DA POBREZA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO-CAPITALISMO REFERENTE A ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.	63
4.2 OS COMPONENTES DA ORIGEM DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO.	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE A – Roteiro Norteador	88
APÊNDICE B – ficha de leitura	89

INTRODUÇÃO

Este capítulo introdutório, contempla os conteúdos científicos e metodológicos que fundamentam o estudo sobre a pobreza política¹ na transição das relações de produção do feudalismo para as relações de produção do capitalismo, busca apreender o processo da pobreza política² em tal espaço temporal. Visa buscar a apreensão das origens, da sua manifestação social, compreendendo que a dimensão política da pobreza está conectada à fatores ideológicos e econômicos da opressão vivenciada pela população. Sendo assim, a pobreza política irá se constituir como um elo conector entre essas dimensões, pois não somente nega, mas também, cria obstáculos aos sujeitos acerca das garantias sociais.

Fato esse que fragiliza, principalmente, as possibilidades de vivências políticas da população, que por vez, contribui para o acirramento de práticas de opressão e subordinação de uma classe sob a outra. Sob essa perspectiva, entende-se que a pobreza se expressa de diferentes formas e intensidades, que ultrapassa o viés unidimensional, ou seja, somente a renda monetária. Ou seja, “não se caracteriza apenas pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças” (YAZBEK, 2012, p. 290).

Destarte, é possível concluir a existência de diferentes níveis de desigualdades vivenciados socialmente. Mesmo que os impactos negativos enfrentados pela população nacional se demonstrem distintos quando comparados, o enfrentamento de uma gama de desvantagens sociais permanece intactos, e se aceleram dia após dia no modo de produção capitalista. Isso resulta, por vezes, em condições desumanas. Nesse mesmo ambiente, o capital ao impor sua lógica de produção e reprodução, utiliza-se somente da parcela da classe trabalhadora que tem potencial para servir aos seus propósitos e interesses, não incorporando o restante da população que não atende seus requisitos laborais, em consequência se intensificam e agravam-se as mais diversas expressões da desigualdade social que conformam a questão social.³

¹ O fenômeno da pobreza política será conceituado e aprofundado no capítulo 2 do presente estudo.

² A pobreza política pode ser definida enquanto à repressão de acesso às vantagens sociais. Trata-se da escassez produzida, mantida, cultivada e reprimida em sociedade. Dessa forma, também é humilhação, degradação, subserviência e não somente fome ou coisa parecida (DEMO, 2006).

³ A *questão social* expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural, ela atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa ‘luta aberta e surda pela cidadania’ (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, as expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. É nesse terreno de disputas que trabalham aos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 160; grifos da autora).

Dessa forma, entende-se importância de se estudar as origens do modo de produção capitalista, em específico uma das dimensões da pobreza, a pobreza política. Entende-se ser uma das formas de contribuir para o fortalecimento e ampliação de ações de resistência, tendo em vista que ela faz parte do objeto de intervenção da profissão de Serviço Social e as demais profissões que estudam e consideram importante pesquisar o fenômeno, esse que se encontra inteiramente vinculado com **a desigualdade e resistência** intrínsecos da sociedade. Por isso, entende-se a importância da contribuição de produções que tratem da articulação e formas de enfrentamento entre ambos.

Considerando a escolha da temática de pesquisa, observa-se a necessidade de enquanto bacharel em Serviço Social e mestranda da mesma área, desenvolver e tecer críticas, bem como aprimorar habilidades e competências profissionais, visando a contribuir com produções a respeito dos fenômenos que permeiam o cotidiano do profissional de Serviço Social. Por isso, vale destacar a necessidade de compreender a temática da pobreza política na transição do feudalismo para o capitalismo, pois acredita-se que para melhor entender o período histórico atual, necessita-se realizar resgates de processos históricos.

Nesse sentido, cabe enfatizar a relevância do estudo para a área de Serviço Social, pois ele possibilita a apreensão histórica e social da pobreza política. Que auxilia para a construção de subsídios que qualificam a atuação profissional, com base em uma fundamentação histórica dos fatos e conhecimentos sociais, pois, a pobreza de modo geral, se faz presente historicamente, principalmente na era do capitalismo, como uma das expressões da questão social, objeto de estudo e intervenção dos profissionais da área.

Com isso, fomenta-se a grande importância para a categoria profissional, elementos e produções que contribuam para uma atuação crítica e propositiva na esfera da abordagem acerca de resistências e desigualdades da população. Pois, através das discussões sob a pobreza política, realiza-se ações e reflexões frente aos preconceitos, valores pré-concebidos e reproduções, com seu público-alvo a fim de fortalecê-los político e socialmente bem como, buscar formas e estratégias de resistência sob as desigualdades vivenciadas no cotidiano.

A socialização dos conhecimentos adquiridos e produzidos por meio da pesquisa, se realizarão por meio de eventos, revistas, periódicos, com intuito de compartilhar e expandir o debate sobre a pobreza política como também o contexto histórico que ela pertence, o objetivo disto consiste na contribuição para o desenvolvimento da criticidade dos sujeitos e visibilidade do tema, tendo em vista que a temática se encontra ausente de produções a seu respeito.

Sendo assim, formulou-se o seguinte problema de pesquisa que irá nortear o desenvolvimento da pesquisa apresentada: *como se processa a transição do feudalismo para o capitalismo e quais as principais*

modificações que o modo vigente estabeleceu sob a pobreza política? Essas são perguntas fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Ora que, possuem explicações históricas e sociais para grande maioria da população mundial encontrar-se em determinadas condições sociais, derivadas de uma série de consequências e impactos em suas realidades concretas.

Nesta perspectiva formula-se questões que nortearam as respostas ao problema formulado, sendo estas: a) *analisar qual o contexto político, econômico e social que se manifesta no tempo histórico de transição do feudalismo para o capitalismo?* b) *Quais as manifestações da pobreza política, a partir da transição feudalismo-capitalismo?* e, c), *como se reproduzem as manifestações da pobreza política no período da transição do feudalismo/capitalismo em pobreza econômica e social?* Com base nestas observações, entende-se a relevância de uma pesquisa deste tema em nível de dissertação de mestrado, pois, traz subsídios importantes para a compreensão da pobreza política na contemporaneidade.

Do problema de pesquisa, bem como das questões norteadora se define o objetivos geral, que consiste em: *apreender as alterações da pobreza política a partir da transição feudalismo-capitalismo com apoio da análise marxista, a fim de contribuir com os fundamentos do Serviço Social.* E os objetivos específicos, que se propõem, *pesquisar e analisar o contexto político, econômico e social que se manifesta no tempo histórico de transição do modo de produção feudal para o capitalismo; Verificar as manifestações da pobreza política a partir da transição do feudalismo para o sistema econômico capitalista; Analisar a reprodução das manifestações da pobreza política no período da transição do feudalismo para o capitalismo em pobreza econômica e social.*

Assim, destaca-se que por meio de um levantamento bibliográfico (estado da arte) detectou-se a ausência de produções a respeito da pobreza política, principalmente na literatura do Serviço Social, é nesta perspectiva que se busca produzir um estudo em nível de dissertação de mestrado, destacando esta categoria no período de transição do feudalismo para o capitalismo, pois, vale realizar a recaptura histórica para o entendimento da realidade atual. Nesse sentido, a partir da apreensão da pobreza política torna-se possível propor estratégias para seu enfrentamento, tendo em vista que tal categoria se configura enquanto uma das expressões da questão social, objeto de trabalho do profissional de Serviço Social.

A fim de apresentar o processo metodológico adotado para subsidiar o presente estudo, se evidenciará o método utilizado, bem como, o tipo de pesquisa adotada, a metodologia escolhida para a elaboração da coleta de dados e seus procedimentos, também, a análise e interpretação dos dados. Dessa maneira, o presente estudo opta pelo materialismo dialético crítico como referencial para a sua realização, investigação e análise da realidade. Dessa forma, a pesquisa utilizará das principais categorias do método, historicidade, totalidade, contradição e mediação.

[...] superando as oposições da forma e do conteúdo, do teórico e do prático, do subjetivo e do objetivo, do para si e do em si. O método não deve desdenhar da lógica formal, mas retomá-la. Portanto, o que é esse método? É a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é o próprio conteúdo, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para a frente incluída a forma. A lógica dialética acrescenta a antiga lógica, a captação das transições, do desenvolvimento, da ligação interna e necessária das partes no todo (LEFEBVRE, 1991, p. 21).

Cabe ressaltar, a importância de cada categoria aqui evidenciada, tendo em vista que cada uma delas tem papel fundamental para melhor apreensão dos fenômenos e como eles desenvolvem-se em sociedade. Para que seja possível compreender a realidade são necessários conhecimentos de aspectos abstratos e jamais conhecimentos adquiridos somente sob a apreensão dos fatos de forma isolada e que buscam conhecer a realidade em si mesma. Nesse sentido o autor conceitua totalidade como a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade” (KOSIK, 1976, p. 35-36).

Portanto, faz-se necessário possuir consciência de que realidade se faz enquanto totalidade concreta quando cada fato ou conjunto de fatos são vistos sob a perspectiva de possuírem conexões estruturais que os dão significados. Caso contrário, quando não é feito tal exercício de interligação entre fatos e estrutura o “conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si” (KOSIK, p. 36, 1976).

Dessa forma, compreender a pobreza em sua totalidade torna-se fundamental na presente pesquisa, haja vista que se faz necessária a compreensão de como as determinações e dimensões estão interligados para que seja feita a análise da realidade, essas que se caracterizam como um processo em constante mudança e compreensão do todo, é onde a mutualidade entre todas as realidades que constitui o todo acontece (KONDER, 2008). Sendo assim, a categoria totalidade permite que se evidencie cada processo social envolvido na pesquisa, ou seja, a transição do feudalismo para o capitalismo e dentro desse cenário, a pobreza política.

Ainda, se faz de extrema relevância observar os aspectos históricos do objeto de estudo, ou seja, apreender as particularidades do fenômeno através de um recorte temporal delimitado. Nesse sentido, a historicidade possibilita compreender o método dialético por meio da história do fenômeno pesquisado e todas as singularidades que dele fazem parte. Pois,

este movimento pressupõe a historicidade dos fenômenos sociais, reconhece a processualidade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos (PRATES, 2016, p. 95 - 96).

Já a categoria mediação oportuniza a construção e reconstrução do objeto de análise, tendo em vista seu desvendamento e transformação, possibilitando um agir profissional mais crítico, interventivo e propositivo. Haja vista que a categoria mediação consiste na análise do real através de conhecê-la e buscar desvendá-la. Para além disso, ela também é composta por existir um processo de reflexão acerca dos fatos não de maneira isolada, mas parte de um complexo social (PONTES, 2018). Assim, acredita-se que a mediação tende a contribuir nos conhecimentos sobre a pobreza política e como ela se expressa em sociedade, relacionando com os aspectos estruturais e conjunturais que permeiam a realidade concreta.

O autor sinaliza a contradição pertencente a um pensamento dialético que se faz, “[...] obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o “tecido” de cada totalidade, que dão “vida” a cada totalidade” (KONDER, 2008, p. 43- 44). Acredita-se que a contradição possibilita compreender o agir profissional de maneira concreta, tendo em vista que a realidade não se mostra de forma direta e imediata, se faz necessárias sucessivas aproximações para a apreensão e compreensão do objeto de estudo.

Para isso, cabe a negação do aparente exposto apresentado, tal negação configura-se a contradição, compreendendo que o fenômeno ali presente é mais do que o apresentado e necessita de desvendamentos para sua maior compreensão. Deste modo, a categoria permite que se desvele as origens da pobreza, ou seja, de que é intrínseca ao modo de produção capitalista, o qual ao mesmo tempo que gera riqueza – sendo essa apropriada privadamente – também gera a pobreza da classe trabalhadora.

Nesse sentido, se obtém-se subsídios metodológicos para que o estudo se desenvolva de forma crítica e propositiva, buscando analisar os fenômenos com rigor e responsabilidade. Por isso, o presente estudo opta-se pela **pesquisa do tipo qualitativa**, cuja **natureza** se constitui como **exploratória**, este tipo de natureza tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Nesse sentido, observa-se que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ora que,

ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como uma parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009, p. 21).

Entende-se que a pesquisa qualitativa pode ser utilizada por diferentes áreas, profissionais, acadêmicos, entre outros. Deste modo, ela contribui para maior apreensão da realidade mediante coleta de dados qualitativos, logo, possibilita com o rompimento do aparente que se expressa de imediato na realidade, através da utilização do método dialético crítico. “[...] a pesquisa se insere como *um ingrediente imprescindível* para o profissional mirar a realidade, dialogar criticamente com ela, produzir um conhecimento sobre esse processo – ainda que sempre inexato e inacabado – e subsidiar alternativas viáveis para serem praticadas”. (IAMAMOTO, 2012, p. 21).

Sendo assim, a busca e a reconstrução da imediaticidade, do não aparente, é passo necessário para explicitar o fenômeno na sua totalidade, visto que está se coloca como uma categoria essencial para subsidiar a compreensão da realidade via o método marxiano da dialética materialista. Esse último permite a análise da sociedade sob a perspectiva de abarcar a realidade nas suas múltiplas manifestações, onde nenhum aspecto da sociedade está isolado e com um fim em si mesmo (IAMAMOTO, 2012).

Em busca do rompimento com a aparência e o aparente, ou seja, do pragmatismo, percebe-se a necessária busca de contribuições de técnicas e instrumentos que contribuam para que as categorias se configurem na realidade dialética de forma contínua e em consonância, onde uma não se desliga da outra. Dessa forma, acredita-se que o movimento dialético diz respeito também a pensar e planejar ações de pesquisa as quais se fundamentem na contribuição e transformação da realidade, do objeto pesquisado bem como do/a pesquisador/a, como um todo articulado sem um fim em si mesmo (PRATES, 2016).

Para uma fundamentação teórica utilizou-se para o estudo a pesquisa bibliográfica na produção teórica na área das Ciências Aplicadas onde o Serviço Social representa um dos segmentos dessa área. Ora que, “[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla” (GIL, 2007, p. 50). Sendo assim, a pesquisa bibliográfica proporciona apreender os fenômenos sociais empiricamente e suas diferentes manifestações, além dos achados e conclusões dispersos que compõem o tema central, sendo este aqui apresentado, a pobreza política.

Para isso, a técnica que será utilizada será a ficha de leitura e o instrumento o roteiro norteador. Deste modo os levantamentos dos dados se darão pelos livros, teses, dissertações que

envolvam a temática da transição do feudalismo para o capitalismo. Observou-se através de um levantamento bibliográfico de cunho exploratório a ausência de produções à âmbito da pobreza política no período de transição do feudalismo-capitalismo. Por isso, a proposta se desenvolveu após a realização de um levantamento bibliográfico (estado da arte) a baixa produção de temáticas relacionadas a pobreza política. Nesse sentido, a proposta consiste em pesquisar em sites como o Portal de Periódicos de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos livros que envolvam a temática que diz respeito ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

Em tais portais serão levantadas as teses e dissertações por meio de categorias centrais para o estudo, sendo estas: Pobreza Política; Feudalismo; Capitalismo. As buscas se darão através dos títulos e pelas palavras-chaves. Em conjunto, os portais abarcam um número satisfatório de teses e dissertações que compõem a produção bibliográfica para a pesquisa. A respeito da periodicidade do levantamento, será a partir do período que será encontrado nesses sites.

Importante esclarecer que o universo se constitui enquanto,

[...] um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar. Todavia, em termos estatísticos, pode-se entender como amostra o conjunto de alunos matriculados numa escola, os operários filiados a um sindicato, os integrantes de um rebanho de determinada localidade, o total de indústrias de uma cidade ou a produção de televisores de uma fábrica em determinado período (GIL, 2007, p. 100).

O universo dessa pesquisa se desenvolverá a partir da seleção das categorias teóricas do projeto, estas que são, Pobreza Política; Feudalismo; Capitalismo, comporá as produções na área das ciências sociais aplicadas, assim, história econômica, educação, ciência social, com temáticas relacionadas a pobreza nos respectivos momentos históricos, deste modo, no que se refere-se a **amostra**, a qual representa “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo [...]” (GIL, 2007, p. 100), se classificará do **tipo intencional**, que “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 2007, p. 94).

Assim, terá como critérios, comporem as seguintes palavras chaves, pobreza e modo de produção capitalista, pobreza e processo de acumulação capitalista, pobreza e lei geral da acumulação capitalista, etc. Após a definição da amostra, já no processo de amostragem, serão analisados os resumos das produções.

A respeito da análise dos dados, será a partir da análise de conteúdo em Bardin (1997). As fases cronológicas que caracterizavam a presente análise de conteúdo foram divididas em pré - análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Existiram três fases para essa análise, a primeira fase diz respeito à organização do material que está sendo analisado, definições de categorias, contextos, unidades etc.; a segunda fase incide em aplicar o que foi definido na primeira, é a fase mais longa e que demanda inúmeras leituras do material; na terceira fase, é quando ocorre o desvendamento do objeto pesquisado (BARDIN, 1997).

Neste caso a devolução dos dados ocorrerá mediante a apresentação e defesa da dissertação para a banca avaliadora, assim como, pretende-se, após a realização da banca, publicar a produção desenvolvida, seja em periódicos, eventos etc.

Por fim, a organização do estudo consiste em cinco capítulos, **o primeiro**, a introdução, que trata dos aspectos introdutórios da pesquisa, sua relevância, a justificativa para a escolha do tema, os principais pontos do estudo, sua dimensão metodológica e, também, sua forma de organização. Já o **segundo** capítulo trata do contexto histórico, político e social da transição do feudalismo ao capitalismo, ou seja, busca em suas subdivisões discorrer acerca das mudanças e transformações históricas e sociais sob a ótica política de tal contexto histórico.

Para isso, possui o objetivo de elucidar as organizações políticas da população no modo transitório, para que no próximo capítulo, sendo ele, **o terceiro**, possua ferramentas para observar as manifestações da pobreza política no período transitório do feudalismo ao capitalismo, a partir daí, em suas subdivisões, se discorrerá a respeito da pobreza, seus aspectos históricos e conceituais e ainda, posteriormente, observar os aspectos da pobreza política, sendo ela, ferramenta de resistência e também de desigualdade, elemento central da presente pesquisa. Nesse sentido, o **quarto** capítulo traz elementos que demonstram a reprodução das manifestações da pobreza política na transição do feudalismo-capitalismo sob a economia e a sociedade.

Assim, poderá ser observado os rebatimentos da pobreza política no período de transição a níveis econômicos e sociais, como também, proporcionará elementos teóricos que possibilitarão a visualização dos componentes da origem da questão social no contexto da transição do feudalismo ao capitalismo. O **quinto** e último capítulo, versa sobre as considerações finais.

2 CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIAL DA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO - CAPITALISMO

O presente capítulo tem como propósito aprofundar algumas categoriais teóricas – *pobreza política e a transição feudal para capital* – fundamentais para o estudo mediante realização de uma pesquisa bibliográfica, a qual teve como recorte a produção vinculada a área das ciências sociais aplicadas que se embasam epistemologicamente na teoria social crítica. De modo específico, pretende-se inicialmente contextualizar as transformações históricas e sociais acerca dos aspectos que abrangem a pobreza política, sua representação social e seus rebatimentos. Assim, o recorte temporal se dá no período transitório do feudalismo ao capitalismo.

Na sequência do estudo, serão apresentadas reflexões e proposições a respeito da organização política da população no período de transição do feudalismo ao capitalismo, em busca de visualizar o possível desenvolvimento de condutas políticas populares e suas consequências no período delimitado. Por fim, se encerra o capítulo, de forma a proporcionar visibilidade as consequências históricas e sociais sob a pobreza política, assim como, apreender sua representação no período estipulado, bem como, tecer críticas e contribuições acerca de tais concepções apreendidas durante o estudo.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E SOCIAIS SOB A ÓTICA POLÍTICA DO CONTEXTO TRANSITÓRIO DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO

Neste item, irá se desenvolver aspectos gerais sobre o funcionamento histórico e social sob o recorte histórico da transição do feudalismo ao capitalismo através de uma perspectiva política. Para isso, torna-se necessário tecer em um primeiro momento acerca do contexto socialmente vivido pela população, bem como, elementos essenciais que antecedem a definitiva inserção do capitalismo e sua legitimação de exploração do trabalho e intensificação da pobreza em suas multifaces, já que “[...] o trabalhador ainda não foi convertido em um mero apêndice da máquina” (MARIUTTI, 2000, p.154).

A época a qual o estudo encontra-se debruçado era governado por um Estado absolutista, esse que foi emergido no Ocidente. Países como, França, Inglaterra e Espanha possuíam monarquias centralizadas, que significou em uma representação de ruptura de soberania das formações sociais da era medieval, em nível de propriedade e, também, de vassalagem.

Assim, se anteriormente havia monarquias limitadas⁴, passou-se a ceder lugar às monarquias absolutas, consistindo-se num prefácio de um Estado burguês. Ora que, sua operação baseava-se na organização social, política e de bases de produção, auxiliando assim, para que posteriormente, a burguesia comercial assuma o protagonismo e poder da estrutura, com ela já consolidada ao modo de produção capitalista.

O Estado absolutista, em vigor na Europa dos séculos XVI ao XVIII, estava constituído pela concentração de todo poder do Estado nas mãos de uma única figura, o Rei. Nesse sentido, uma só pessoa com absolutos poderes (BOBBIO, 1992, p. 115). Em verdade, a classificação do absolutismo operava como um mecanismo de equilíbrio político entre a nobreza e a burguesia comercial. Nesse cenário, a divisão social hierárquica se formava pelos soberanos e súditos, nada mais que, os primeiros sendo os possuidores de poder e privilégios e os súditos, detentores de obrigações e deveres, submersos a uma realidade de total devoção e respeito se formara com o Rei, as quais se não cumpridas, eram consideradas crime de lesa-majestade⁵.

A vontade do príncipe tem força de lei [...] “A noção complementar de que os reis e os príncipes eram eles próprios legibus solutus, isto é, isentos de restrições legais anteriores, proporcionaram os protocolos jurídicos para a supressão dos privilégios medievais, ignorando os direitos tradicionais e subordinando as imunidades privadas” (PERRY, 2016, p. 26).

Através da passagem das monarquias limitadas para as monarquias absolutas, sendo esta, a mediadora entre a antiga classe dominante - os proprietários de terras e seus aliados, aqueles que as defendiam e conseqüentemente se opunham aos movimentos revolucionários das demais populações, estando expostas à exploração e subordinação de ambos os grupos. Com tal apoio, a burguesia comercial estava a ganhar gradativamente maior poder econômico, no entanto, insuficientemente forte para lutar com a antiga classe dominante, pela tomada do poder.

Sendo assim, o poder continuava nas mãos dos nobres, mas a monarquia, na tentativa de aumentar as suas rendas, buscou maior aproximação com a burguesia comercial, pois esta poderia trazer maior riqueza ao tesouro do Rei. À medida que esta aproximação foi se consolidando o poder da burguesia comercial aumentava em detrimento do enfraquecimento do poder da nobreza. Será dessa aliança entre o Rei e a burguesia comercial que se terá o início das primeiras versões de

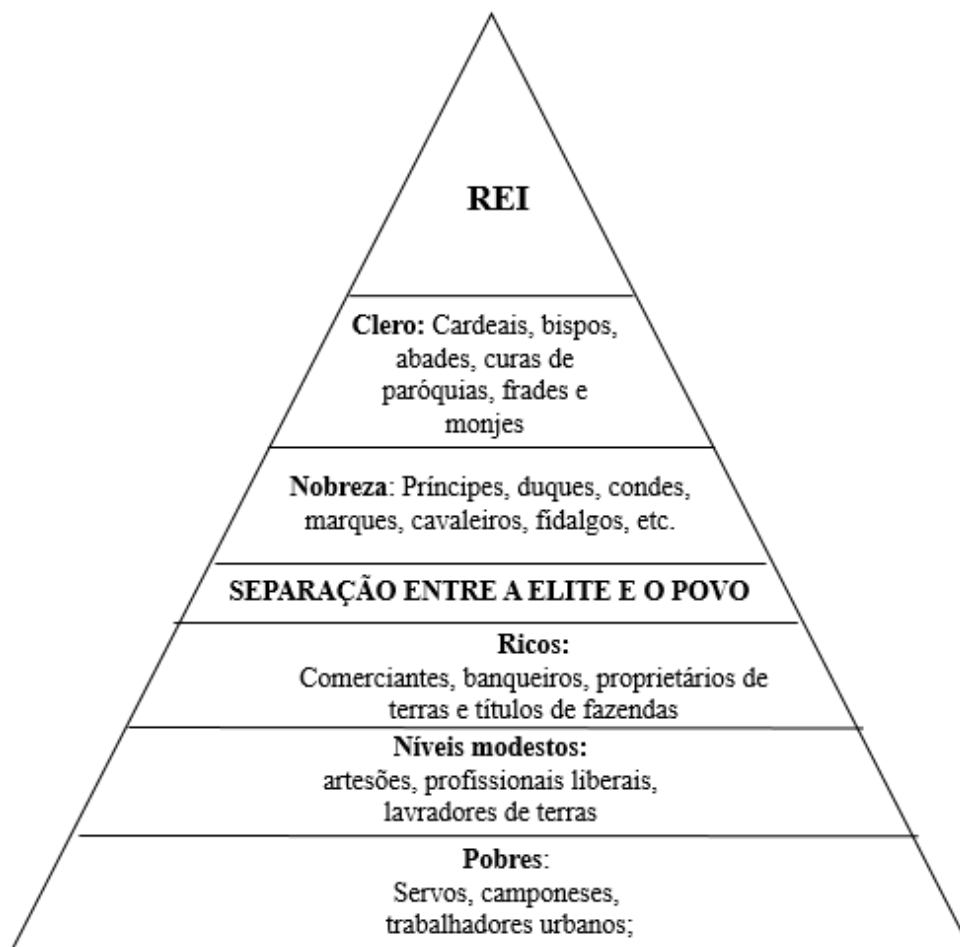
⁴ As monarquias limitadas possuíam cunho autoritário e centralizado. Assim, o Rei, figura com maior posição social da época, opera seu governo de acordo com as leis estabelecidas pelo poder legislativo ao qual formula-se através de um parlamento eleito que lhe atribui criar e promulgar legislações. (HUBERMANN, 1986).

⁵ O crime de lesa-majestade é aquele considerado traição contra majestade, rei etc., ou seja, violar ou praticar atos de resistência contra a figura com cargo hierárquico mais elevado socialmente. (HUBERMANN, 1986).

acumulação de capital, ainda que o capitalismo não fosse uma realidade. Esta supremacia dos burgueses viria a lhes garantir condições de expansão em suas relações comerciais tanto nos mercados internos quanto nos externos.

Nesse sentido, observa-se que as classes sociais da era medieval, que se dividiam de maneira distintas, sendo essas, os sacerdotes, guerreiros e, também, os trabalhadores, o último trabalhava para ambas as classes, tanto eclesiásticos como os militares. A Figura 1 retrata a estrutura social hierárquica da época.

Figura 1 - Estrutura social da era absolutista



Fonte: Sistematização da autora.

Nesse sentido, a divisão social apresentada na Figura 1 ilustra as distinções que permeavam a era medieval. Em verdade, tais distinções ao longo do percurso teórico demonstrarão os impactos sociais sobre cada sujeito, por conta de sua posição e *status* social. Fato é que, quando se menciona questões de divisórias sociais, hierarquias estabelecidas e intrínsecas ao modo vigente, percebe-se, “[...] uma organização que, em troca de proteção, frequentemente ilusória, deixava as classes trabalhadoras à mercê das classes parasitárias, e concedia a terra não a quem a cultivava, mas aos capazes de dela se apoderarem” (HUBERMANN, 1986, p. 24).

Sob essa ótica, os servos⁶, camponeses e os trabalhadores urbanos encontravam-se no mais baixo nível da pirâmide social da era feudal, isso significava, de forma sucinta, em fragilidades e desafios vivenciados cotidianamente por essa categoria de sujeitos, que inclusive, era a maioria da população da época.

Ainda, encontravam-se as demais comunidades que também vivenciavam níveis de complexidades e adversidades cotidianas, porém, as formas e intensidades de desigualdade eram inteiramente distintas. Além destes, uma pequena parcela da população usufruía de posições almejadas socialmente, ou seja, com condições de sobrevivência sem dependência do campo ou de senhores. Esse é um elemento importante para diferenciar as classes que detinham a centralização de privilégios, sendo, posição social altamente significativa cujos frutos eram fortunas e poder, e os demais, com apenas sua força de trabalho a oferecer.

O trabalho executado encontrava-se inteiramente ligado com a terra, ou seja, trabalho essencialmente agrícola. Estas áreas eram reconhecidas na Europa ocidental e central como “feudos”, eles, variavam de tamanho e organização, mas essencialmente, eram comuns entre si. Consistiam, basicamente de uma aldeia e terras ao redor, nas quais os povos ali trabalhavam e habitavam.

Logo, o caso da propriedade por meio comunal se desenvolvia enquanto a terra como a grande forma de subsistência, ou seja, era ela quem proporcionava os meios, os objetos e, também, a própria localização da comunidade. A terra se constituiu como base da comunidade e determinava a relação entre os sujeitos (MARX, 2018).

⁶ A palavra latina “servus” significa “escravo”. No entanto, não eram escravos, no sentido que atribuímos à palavra, quando a empregamos. Chamava-se de “servos” a maioria dos trabalhadores do campo, eles, dependiam dos senhores para sobrevivência, no entanto, estavam em uma condição que possuíam uma parte de terra que podiam utilizar para viver com suas famílias. “Os servos estavam atados aos senhores de terra; suas pessoas e posses eram propriedades de seus senhores e suas vidas estavam reguladas em todos os aspectos pela lei do feudo (FEDERICI, 2017, p.48)

Os pequenos lavradores que procuravam a proteção e o amparo dos ricos e dos nobres acabaram por conseguir esta proteção e este amparo, pelo preço da perda da sua liberdade. Se não tinham terras, davam-lhes pequenas parcelas e às vezes alguns animais e cabanas para os ter. Mas eram obrigados a pagar por isso, que trabalhando para os seus senhores (*corveia*) quer com parte de sua produção (*renda*). Nalguns casos, a assistência material prestada aos pequenos camponeses indefessos era tão grande que eles não só se obrigavam eles próprios ao serviço dos senhores, mas também vinculavam os seus descendentes a esse serviço (MANFRED, 1987, p. 20; grifos do autor).

Nesse sentido, observa-se que nesse cenário havia relações de hierarquia e poder de uma classe sob a outra, relações de poder determinadas da era feudal e seus regimes adotados. Em realidade, a massa populacional constituída pelos servos, também se apresentam de forma diferenciadas, pois havia vários graus de servidão, nesse sentido, cada propriedade feudal possuía um senhor. Pois, não existia senhor sem-terra, nem terra sem senhor feudal. Ainda que os pastos, prados e bosques fossem usados de forma comum entre a comunidade, a terra arável era dividida em apenas duas partes. Uma, pertencia ao senhor feudal e seus domínios e a outra, os servos eram os responsáveis a trabalhar com a terra (HUBERMANN, 1986).

Um ponto a ser destacado, diz respeito aos cercamentos dos campos abertos (*enclosures*) e as conversões das terras aráveis em pastagem, movimento que teve início no século XV na Inglaterra, “[...] quando os campos e as áreas comuns foram cercados pelos senhores, e condados inteiros se viram ameaçados de despovoamento” (POLANYI, 2000, p. 52). Essa passagem se deu no território da dinastia Tudor (1485-1603), período em que os senhores proprietários de terra possuíam autorização em cercar a suas propriedades agrícolas, o impacto disto repercutiu em sérias devastações causadas à população miserável da época.

Observa-se que tais cercamentos iriam deter um significado progressista se não houvesse as conversões às pastagens. Quer dizer, a terra que estava cercada detinha um valor significativamente mais elevado que a não-cercada, passando a valer de duas até três vezes mais. Fato é que nos espaços onde se permanecia o cultivo de terra, não havia alterações sob o emprego ou o fornecimento de alimentos, pelo contrário, eles obtiveram aumento considerável. Nesse sentido, os rendimentos com a terra apresentavam elevação gradativa, sobretudo, aquelas em que a terra era alugada (POLANYI, 2000).

Cabe frisar que nessa época, o desenvolvimento do lucro provia para além somente da terra, mas também de seu uso comercial. Sendo assim, os cercamentos impediam as entradas de camponeses que poderiam vir a tirar seu sustento delas. Houve rebatimentos por conta disso, como, a expulsão de alguns camponeses, que, por não possuírem outras formas de sobrevivência, tornavam-

se subordinados às exigências e aos interesses dos detentores de poder da época (MARTINELLI, 2011).

Esse período dos cercamentos ficou conhecido como a “revolução dos ricos contra os pobres”. A justificativa disto, se dava pela premissa do avanço do sujeito rico em sociedade e de uma possibilidade de habitação para o pobre. Assim, o progresso que era almejado pelos donos da terra, foi tomado pela descaracterização das configurações de negócios, as quais foram substituídas por novas e intensas formas de troca, que exacerbaram a distinção entre o proprietário e o produtor (POLANIY, 2000).

Assim, observa-se que os cercamentos permitiram que a terra se tornasse propriedade privada, o que possibilitou na utilização de novas técnicas que aumentaram com intensidade a produção, desenvolvendo certa contribuição para a chamada revolução agrícola, a qual auxiliou para o abastecimento de centros urbanos, tanto de matérias primas como de alimentos com a mão de obra para manufatura.

Consistem aqui, determinados elementos para apreender o sistema feudal, em primeiro lugar, a terra arável consistia na seguinte divisão, uma, a qual era pertencente ao senhor e então, era cultivada exclusivamente para ele e a outra que se dividia para outros inúmeros sujeitos que estavam sujeitos ao trabalho com a terra.

Em segundo lugar, o cultivo da terra oscilava de campos em campos, ou seja, eles não eram contínuos, por conta do sistema de faixas espalhadas. E em terceiro, a população trabalhava para além das terras que cultivavam, pois os detentores dessa propriedade eram os senhores feudais. Nesse sentido, as condições de vida dos servos eram um tanto quanto complexas, pois, viviam, “numa choça do tipo mais miserável” (HUBERMANN, 1986, p. 14), possuíam uma longa carga de trabalho, em média as extensões mediam de 6 a 12 hectares na Inglaterra e na França entre 15 e 20 hectares.

Ainda assim, a relação que se estabelecia com a população era de domínio e poder, com a natureza, de propriedade. A reprodução da sociedade se detinha mediante o trabalho vivo, logo, o caráter que o trabalho possuía era de manutenção da sociedade. Nesse sentido, as formas de apropriação podem ser distintas e variar, o que não difere são as formas de exploração do solo, estas, são coletivas e são pertencem a todos os membros da comunidade, fundadas na união entre o trabalho e as condições objetivas para sua efetivação.

Ainda, para desafiar ainda mais a precariedade de vida dos camponeses, o que conseguiam arrancar do solo era suficiente apenas para sua sobrevivência e de sua família. De forma obrigatória, trabalhavam de dois a três dias por semana sem pagamento algum nas terras dos senhores. Também,

em épocas de colheitas, a prioridade eram as terras dos senhores a serem trabalhadas e se houvesse sobra de tempo, poderiam trabalhar em suas campas e assim prover alimentos e tentar suprir as necessidades da sua família.

Isto significava que os servos eram obrigados a trabalhar na propriedade do senhor e a cultivar as suas terras, e a entregar-lhe parte de sua produção e da produção de sua família (não só produtos agrícolas como cereais, carne e criação, mas também artigos manufaturados como tecidos e couro). Em outras palavras: o servo era obrigado não só alimentar a família e os criados do senhor, mas também a vesti-los e a calçá-los. A todas estas obrigações e presentes dava-se o nome de renda livre, e eram entregues em troca de cultivar as terras do senhor [...] (MANFRED, 1987, p. 29).

Observa-se que havia diferentes tipos de servidão, cabe, citar algumas delas para que seja possível aprofundar o debate sobre as condições sociais dos sujeitos da era medieval através de situações concretas. Assim, havia os chamados “servos” de domínios”, aqueles que se encontravam permanentemente à casa dos senhores feudais e que trabalhavam em seus campos de forma integral, não como os demais, de uma a três vezes por semana. (HUBERMANN, 1986).

Também se encontrava presente na sociedade, aqueles que vivenciavam situação de intensa pobreza, conhecidos como “fronteiriços”, esses, mantinham pequenos arrendamentos, de aproximadamente um hectare. E, também, os “aldeões” que nem pequenos arrendamentos possuíam, eles detinham uma singela cabana, seu trabalho com os senhores se dava pela troca de alimento, em vistas a manter sobrevivência.

Ainda, já de maneira dissemelhante, havia os chamados “vilãos”, parcela da população de servos em que detinham maiores privilégios, tanto pessoais quanto econômicos. Já distanciados dos demais, gozavam de inúmeras vantagens e menores deveres com os senhores feudais. Uma das principais diferenças encontrava-se no tratamento dos senhores com os “vilãos”, pois, os deveres que eles possuíam, eram de maior precisão e responsabilidade em vistas aos outros servos. Nesse sentido, as regalias que os cercavam eram significativamente maiores, ora que também, a relação estabelecida se baseava em dependência e confiança dos senhores com os “vilãos”.

No entanto, o que fica explícito é a desigualdade de classe potencializada, numa intensidade maior ou menor, mas inda dessemelhante, ora que, “Os camponeses eram mais ou menos dependentes. Acreditavam os senhores que existiam para servi-los. Jamais se pensou em termos de igualdade entre senhor e servo” (HUBERMANN, 1986, p. 17).

Em verdade, entre os servos e os gados, poucas eram suas distinções, ora que, tais sujeitos também eram manejados pelos senhores, assim como os animais. Os servos por vezes vistos como meros objetos de produção de trabalho, onde, o camponês francês encontrava-se avaliado em 38 soldos, enquanto um cavalo estava avaliado em 100 soldos.

A proporção de valorização entre um sujeito e um animal era quase que a mesma, pois, se os senhores perdessem um humano, ainda que seu valor fosse inferior ao do cavalo, estaria perdendo, um “gado humano” que se fazia necessário ao trabalho na terra. Até porque “[...] no período feudal a terra produzia praticamente todas as mercadorias de que se necessitava e, assim, a terra e apenas a terra era a chave para a fortuna de um homem” (HUBERMANN, 1986, p. 19).

Nesse momento histórico, a igreja ⁷católica entra em cena, tornando-se responsável por importantes movimentações da sociedade medieval. Leva-se em consideração que a igreja era uma das maiores proprietárias de terras no período feudal. Fatores que articulados entre si explicitam a relação de subordinação da população com ela. Pois, visando se redimir e então, diminuir a culpa pelos seus pecados praticados, doavam terras à Igreja.

Fato esse que também se tornou praticado por outros sujeitos da sociedade, aqueles que acreditavam nas obras assistenciais aos doentes e pobres, como forma de auxílio, exerciam a prática de doação de terras, assim como, após certo período alguns nobres e reis criaram o hábito de logo vencer guerras e batalhas de terras dos inimigos, doavam partes delas à igreja, contribuindo para que a expansão de terras aumentasse e seu patrimônio se expandisse cada vez mais. Assim como, pela parcela de 10% do dízimo recebida da renda dos fiéis. Esses fatos, contribuíram para que a Igreja Católica, por uma considerável parte do tempo, se tornasse a proprietária de em média a metade de todas as terras da Europa ocidental (HUBERMANN, 1986).

A partir daí, maior visibilidade e poder centralizou-se na Igreja, assim como, as classes de governantes era constituída pela nobreza e clero, era deles que partiam decisões e responsabilidades sobre a sociedade feudal. Logo, o poder também se encontrava centralizado nessa parcela da população. A prestação de serviços era dividida da seguinte forma, a igreja, prestava auxílio espiritual, enquanto a nobreza, a proteção militar. Em troca dessa forma de prestação de serviços, era exigido pagamentos dos trabalhadores, a fim da manutenção dos serviços com a terra.

⁷ A igreja, representante da religião oficial adotada na Europa desde o século IV, foi a única instituição que conseguiu, bem ou mal, manter-se unida, adquirindo grande independência em relação aos reis. Tendo-se tornado uma grande possuidora de terras, acomodou-se ao estado de coisas vigente. (MACEDO, 1995, p. 11).

Pode se observar que a Igreja após adquirir terras, também, aumentou sua fortuna, com cofres cheios de pratas e ouro. No entanto, seu patrimônio era estático, não sofria movimentações como as grandes fortunas. Assim, também ocorria com as riquezas dos grandes nobres, pois, além dos impostos e multas, os negócios da sociedade eram pequenos para que fosse possível ser investido. Assim, o capital dos padres e guerreiros se tornara inativo, estático, improdutivo. (HUBERMANN, 1986).

Conforme tanto poder econômico ia sendo adquirido pela Igreja católica na mesma medida também o poder espiritual. A partir disto, sua influência passou a ser significativamente maior e mais abrangente, desde as relações sociais da população, como a forma moral e ética de desenvolvimento da sociedade feudalista. Assim, a sociedade feudal, “[...] havia controle eclesiástico sobre o tempo, as relações sociais, os valores culturais e mentais”. (JÚNIOR, 1983, p. 41).

Cabe enfatizar um elemento essencial na idade média, ora que, poucos produtos eram comercializados, sal e ferro em específico, porém, em uma escala muito reduzida. A cunho de alimentação e vestimenta, toda produção era desenvolvida no feudo. Sendo assim, a vida econômica nos primórdios do feudalismo era movimentada sem tamanha necessidade de capital. A economia era desenvolvida em favor do consumo. Pois, “o servo e sua família cultivavam seu alimento e com as próprias mãos fabricavam qualquer mobiliário de que necessitassem [...] o estado feudal era praticamente completo em si – fabricava o que necessitava e consumia seus produtos” (HUBERMANN, 1986, p. 26).

Nesta perspectiva, ocorria um determinado intercambio de mercadorias, no entanto, era realizado de acordo com as necessidades dos sujeitos, ou seja, se determinada pessoa necessitava de por exemplo, um casaco, mas não possuía linha suficiente para confeccionar seu próprio casaco, então, trocava com algo que fosse do interesse ou necessidade de outros sujeitos por esse casaco, nesse sentido, as relações eram permeadas por aspectos de necessidade ou de interesse. O comércio ainda não possuía força nesse período, por esse motivo, a produção de excedentes era reduzida já que a procura por ela era quase que inexistente.

Sob essa perspectiva, o comércio nos mercados era local, pois, adversidades ocorriam e dificultavam sua expansão, sendo algumas delas, as estradas com péssima qualidade, cheias de buracos e pedras soltas, dificultando a viagem da população de lugares mais distantes, e ainda, alguns homens efetuavam assaltos e roubos nas estradas, bem como os senhores feudais que faziam parar os mercadores e exigiam o pagamento para trafegar em suas estradas. Apesar dessa prática ser bastante comum na idade média, ainda causava certo estranhamento para população.

Neste sentido, percebe-se, que os fatores que impediam o desenvolvimento do comércio estavam principalmente ligados às questões financeiras, pois, as moedas eram variadas de território para território, pesos e medidas também e dependiam exclusivamente de cada região. O transporte das mercadorias se tornava um tanto quanto difícil e complexo, além de possuir um custo significativamente caro. Sendo assim, o comércio local nos mercados se tornara pequeno e precisava se expandir (HUBERMANN, 1986).

Sob essa perspectiva, com a necessidade de aumento e expansão do comércio local, surgem as cidades, essas que se constituem enquanto “economicamente [...] um centro de consumo, em razão da densidade de seu povoamento e do número de não-produtores entre seus habitantes” (LE GOFF, 1992, p. 74). Assim, tais acontecimentos favoreceram no crescimento comercial acelerado, sendo,

um dos aspectos essenciais do grande progresso do Ocidente após o ano mil, o desenvolvimento urbano, que atinge o seu apogeu no século XIII. A cidade modifica o homem medieval. Restringe o seu círculo familiar, mas alarga a rede de comunidades em que ele participa; no centro das suas preocupações materiais, coloca o dinheiro, alarga os seus horizontes, propõe-lhe meios de se instruir e de se cultivar, proporciona-lhe um novo universo lúdico (LE GOFF, 1992, p. 19).

Dessa forma, os espaços urbanos ofereciam o que qualquer servo da época almejava, devido a vulnerabilidade por eles vivenciada nos feudos, tendo em vista que, a quantidade da população de indivíduos na posição servil era imensa, e situação as quais estavam postas à eles eram precárias, o que se priorizava era a mínima condição para puramente garantir à sobrevivência dos servos e assim, garantir que as ações executadas por eles não sofresse nenhum tipo de dano.

Com o desenvolvimento das cidades, se propagou a perspectiva de que a *urbe* proporcionaria melhores condições sociais que se tinha no feudo. Ou seja, aqueles que migrassem do campo iriam ocupar lugares mais favoráveis socialmente, com uma melhor condição de vida. Essas possibilidades se tornaram um tanto quanto tentadoras para a população rural mais vulnerável, fato é que muitos deles se convenceram a buscar nas cidades o que o feudo não lhes oferecia.

Assim, tais processos históricos configuraram mudanças significativas em níveis sociais e econômicos na Idade Média. Ora, se anteriormente existiam pequenas e poucas formas de desenvolvimento humano sobre o trabalho e as relações sociais, com o surgimento das cidades ocorreram significativas expansões sobre os mais diversos setores sociais, que trouxeram rebatimentos sobre a pirâmide social da época, como também na organização política feudal. E assim, [...] os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais da Inglaterra; a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas [...]”(POLANYI, 200, p. 67).

Tais premissas serão fundamentais para compreender a forma organizacional da população da época e visualizar as possíveis formas de resistência exercida pela comunidade, ainda que de forma tímida, tendo em vista que no poder absoluto a democracia era inexistente, pontos que serão objetivos de estudo no próximo subitem.

2.2 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA – ECONÔMICA DA POPULAÇÃO NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO – CAPITALISMO

A expansão do comércio impactou significativamente a sociedade da Idade Média, ou seja, transformações grandiosas ocorreram na Europa Ocidental, tanto na esfera social quanto econômica. Isso refletiu nas cruzadas⁸, movimento que impactou novas alterações para o cenário comercial. Observa-se que, uma parte da população muçulmana realizou o movimento de sair de seus territórios com a finalidade de arrebatar terras europeias.

Nesse sentido, esse objetivo encontrava-se permeado pelos interesses de uma parcela da população, pois a garantia dessa conquista significaria na garantia de poder e grandes fortunas. Para isso, necessitavam de provisões durante o percurso de chegada ao Ocidente, contavam com o auxílio de mercadores que seguiam viagem juntos, os acompanhando, a fim de atender as suas demandas e possíveis necessidades que surgissem (HUBERMANN, 1986).

A chegada dos muçulmanos não foi sozinha, também trouxeram consigo novos gostos por determinados alimentos e por vestimentas que já teriam visto ou feito uso. Em consequência disso, o comércio se movimentou, promovendo buscas por determinados itens, buscando atender as necessidades postas à sociedade feudal. Assim, criaram-se mercados específicos para alguns itens e produtos.

Tal movimento contribuiu para uma grande elevação sobre nível da população local, esses novos moradores, com uma cultura distinta da sociedade que ali já habitava, esses, careciam de novas mercadorias. No entanto, uma parcela de moradores não possuía posses de terras e enfrentavam dificuldades de sobrevivência, com isso, visualizaram nas cruzadas a possibilidade de melhorar suas condições de vida. As guerras fronteiriças contra os muçulmanos ocorriam corriqueiramente no Mediterrâneo. Também contra as tribos da Europa Ocidental, que ficou conhecida pela nomenclatura

⁸ As cruzadas ficaram conhecidas por uma série de expedições armadas entre os séculos XI e XIII que possuíam como objetivo, em sua grande parte, conquistar o território de Jerusalém em buscas de fortunas. Ainda, vale destacar a conotação religiosa que fazia parte das cruzadas, pois, a Igreja via nelas a oportunidade de estender seu poder e restringir o avanço muçulmano em seu território. Para além disso, o cenário encontrava-se permeado por questões políticas e militares (TYERMAN, 2011).

de “cruzadas”, eram constituídas pelas guerras de terras e pilhagens (HUBERMANN, 1986). Foi um período de luta e sangria, momento de furor violento dos guerreiros contra outros países.

Observa-se que as relações acerca dos mercados mudaram de forma significativa, principalmente em relação ao comércio exterior, que por sua vez tornaram-se predominantes nesse ramo. Em aspectos econômicos, os mercados externos possuem grande distinção, por exemplo, em sua densidade territorial e as instituições que possuíam origens e funções distintas.

O mercado externo possuía a particularidade de ser uma transação, isso significava que por vezes, tipos de mercadorias específicas encontravam-se em falta em determinadas regiões. Já o comércio local era um tanto quanto limitado sobre as mercadorias regionais, o que significava na incapacidade de transporte para outros territórios, tendo em vista que os artigos se faziam com peças volumosas, com cargas altamente elevadas e, também, havia alimentos perecíveis, o que por descuido ou más condições de transporte resultariam em estragos e desperdício de mercadorias. Esses eram motivos suficientes para que a prática de atendimento às demais regiões não ocorresse.

Sob essa perspectiva, o que difere o comércio local do externo diz respeito à relatividade da distância geográfica, sendo, um que se torna inviável na possibilidade de expandir suas mercadorias e por isso não há possibilidade de alargamento externo e o outro que por sua vez, detém essa possibilidade. Porém, ainda que possuam tais distinções, ambos se somam e se complementam, pois não há disputa entre eles.

Observa-se que esse foi um período marcado por acordos, aproximações e recuos de populações para populações. Os transportes possuíam grandes lacunas, dificuldades de desenvolvimento, assim como, a procura comercial em determinados territórios não se fazia constante, por conta disso, a venda diária nas lojas durante o ano não era garantida. Quer dizer, a grande maioria das cidades não possuíam o comércio permanente, já que o mesmo não garantia segurança e estabilidade. Ainda, existiam distinções entre feiras e os mercados locais semanais, nesse sentido, observa-se que

os mercados eram pequenos, negociando com os produtos locais, em sua maioria agrícolas. As feiras, ao contrário, eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido. A feira era o centro distribuidor onde os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam as mercadorias estrangeiras procedentes do Oriente e Ocidente, Norte e Sul (HUBERMANN, 200, p. 32).

As grandes feiras⁹ constituíam os maiores entre os mais diversos empórios internacionais, que contavam com a presença de mercadores tanto do Sul quanto do Norte da Europa. Com vistas de garantir suas presenças, lhes era oferecida passagens de ida e volta às suas terras. Isso ocorria pelo fato de que havia uma parcela de sujeitos que se apossavam das estradas, com objetivo de furtar seus pertences e bens de valores que os comerciantes carregavam consigo.

Assim, tais mercadores que frequentavam as feiras encontravam-se isentos dos impostos e direitos de pedágio que eram cobrados à população local, normalmente essa era uma exigência realizada pelos senhores feudais para aqueles que ingressavam viagens, tendo em vista que esses senhores eram os donos da província onde ocorriam as feiras (POLAYI, 2000).

Entende-se que a importância das feiras se dava “não só por causa do comércio, mas porque aí se efetuavam transações financeiras [...] troca de dinheiro, pesavam-se, avaliavam-se e trocavam-se as muitas variedades de moedas; negociavam-se empréstimos, pagavam-se dívidas antigas, letras de crédito e letras de câmbio circulavam livremente” (HUBERMANN, 1986, p. 34). Além disso, as feiras possuíam uma abrangência consideravelmente maior que os mercados, em vistas que os mesmos de certa forma possuíam certa limitação, atividades restritas à compra e venda a varejo, já as feiras possuem uma conotação larga e extensa, quer dizer,

[...] lugares de reuniões periódicas dos mercadores profissionais. São centros de intercâmbios e, principalmente, de intercâmbios em grande escala, que se esforçam em trazer até eles, fora de toda consideração local, o maior número possível de homens e produtos. [...] Por conseguinte, é impossível realizar as feiras mais de uma vez, ou quando muito, mais de duas vezes por ano no mesmo lugar, visto ser preciso que se façam preparativos consideráveis (PIRENNE, 1968, p. 104).

No entanto, para que fosse possível a efetivação das feiras, tanto dos mercadores quanto dos produtores locais, se obteve um considerável movimento de esforço pelas autoridades constituídas da época e a população medieval, que geraram tensionamentos, com objetivo de formar e inserir localidades comerciais, isso significaria nos mercados e nas feiras. Observa-se que essas eram complexidades que permeavam a sociedade feudal, já que as atividades de cunho comercial eram abominadas pela igreja e isso conseqüentemente gerava uma série de restrições sob as circulações das mercadorias (PIRENNE, 1968).

⁹ “A palavra feira, que vem de fórum, lugar público, foi, em sua origem, sinônimo de mercado e, sob certos aspectos, ainda o é. Uma e outra significam uma afluência de mercadores e de compradores a lugares e em tempos determinados [...]” (TURGOT, 2005, p. 109). Nesse caso específico, a origem das feiras se deu nos pequenos mercados locais a partir do século IX, pois já faziam parte de toda Europa. Tais feiras contribuía para atender as demandas e necessidades da população, principalmente de cunho alimentício.

Assim, se configura uma nova ótica sobre o cenário da economia comercial. Quer dizer, uma reforma sobre o mercado natural, que anteriormente era constituído quase que sem o auxílio da utilização da espécie dinheiro. O que se tinha anteriormente a isso, era a troca de mercadorias através das necessidades postas de sujeitos para sujeitos, aparentemente, negociações simples. Porém, o tramite que permeava tais negociações era bastante complexa, pois, os sujeitos que precisavam de outros produtos teriam de procurar por indivíduos que aceitassem trocar os itens desejados pelos itens que o sujeito propunha, além do mais, essa era uma busca um tanto quanto lenta e difícil, podendo ficar dias sem encontrar alguém para fazer essa negociação.

Nesse sentido, a introdução do dinheiro apareceu como uma forma de simplificar tais negociações, haja vista que a espécie em si, tornara-se aceitável para todos, pouco importava do que a população necessitava no momento, porque com o dinheiro em mãos, qualquer item desejado poderia ser trocado pela espécie dinheiro.

A sua utilização também foi contribuinte para o intercâmbio de mercadorias de forma mais precisa e simples, incentivando assim, o comércio a se desenvolver em larga escala. Com o comércio em movimentação, as transições financeiras passam a ter maior efetivação. Assim, após tais alterações, muda-se a rota da economia, que antes possuía um desenvolvimento lento e tímido, de poucos mercados, passa a deter maior nível de expansão, gradativamente, tornando-se um imenso polo de muitos mercados. Com isso, a economia natural se tornara insuficiente. A partir daí a Idade Média se transforma em uma economia de comércio em crescimento.

Observa-se que um dos maiores auxiliares para o crescimento do comércio se deu no crescimento das cidades. Ainda que existissem urbes antes desse acontecimento, eram diferentes das que surgiam dia após dia na era do feudalismo. Eram cidades rurais, sem qualquer tipo de distinções sociais, quer dizer, não havia alguma forma de governo que as diferenciasses. Sendo assim, observa-se que as cidades antigas e a urbanização moderna que estava surgiam, possuíam poucas semelhanças, qual seja orientação feudal sob a lógica do absolutismo do Rei.

Na Idade Média, os primeiros lugares onde se estava obtendo crescimento urbano era na Itália e Holanda, ou seja, primeiro local onde as cidades urbanas surgiram. A medida em que o comércio se expandia, proporcionalmente, elas também surgiam. Frequentemente em locais onde se tinha a terra mais plana e com declive adequado. Na maioria das vezes esses espaços possuíam a presença da Igreja, assim como, os chamados “burgos”, esses locais eram aqueles que garantiam a proteção da comunidade em caso de tentativas de assaltos e ataques (HUBERMANN, 1986).

A partir do desenvolvimento do urbanismo, a população rural inicia-se o processo de abandonar as antigas urbes feudais em busca da construção de uma nova vida nas cidades em crescimento. Além do mais, esses novos espaços possuíam um atrativo fundamental para o interesse da população do campo, o trabalho.

Ainda que no campo existisse trabalho, ele se configurava de forma totalmente dependente, ou seja, não havia liberdade de terras, já que elas pertenciam aos senhores feudais, etc. Já nos novos espaços urbanos, se obteria uma liberdade que os servos desconheciam, já que no campo, o que predominava era a propriedade do solo. Em verdade, a população das cidades desejava algo maior que a liberdade, a liberdade da terra.

As populações urbanas queriam estabelecer seus próprios tribunais, devidamente capacitados a tratar de seus problemas, em seu interesse. Queriam, também, elaborar sua própria legislação criminal. Manter a paz nas pequenas aldeias feudais não se comparava ao problema de manter a paz na cidade em desenvolvimento, com maiores riquezas e população móvel [...] A população urbana conhecia o problema como o senhor feudal não conhecia. Queria sua própria “paz da cidade” (HUBERMANN, 2000, p. 38-9).

Observa-se que as populações buscavam ter maior participação, como por exemplo, fixar seus impostos, empreender negócios, já que no período do feudalismo as ações democráticas não existiam e a maioria opunham-se à municipalidade dos impostos feudais e abolir taxas. Pouco a pouco, avançavam sobre sua liberdade, que consistia em uma relação de venda, pois, o senhor feudal comercializava uma parcela dos direitos dos cidadãos, gradativamente. Ocasionalmente na cidade ficava quase que independente do seu comando. É possível observar que o Conde de Dortmund vendeu na cidade uma parcela de direitos feudais para a população,

Eu, Conrad, Conde de Dortmund, e minha esposa, Giseltrude, e nossos legítimos herdeiros vendemos [...] [...] aos cidadãos e cidade de Dortmund, nossa casa, situada ao lado da praça do mercado [...] [...] que lhes deixamos completamente em perpetuidade, juntamente com os direitos, que conservamos do Sagrado Império Romano, de matadouros e oficinas de sapateiros remendões, de padaria e da casa sobre o tribunal, pelo preço de dois dinares pelo matadouro, e também dois dinares pelas oficinas dos sapateiros remendões e, pela casa do forno e casa sobre o tribunal, uma libra de pimenta, que serão pagos anualmente (HUBERMANN, 1986, p. 39).

Importante salientar que esse não foi um processo pacífico, pode-se observar que se tornou impossível barrar o caminho das forças históricas que atravessavam a população, observa-se que havia sérios estranhamentos sobre a população servil e os demais, aqueles que possuíam maior hierarquia, pois aqueles que possuíam o poder, os abastados, utilizaram de quaisquer necessários meios para permanência e manutenção de seu patrimônio e bens. Em verdade, “não se tratava apenas

de se agarrar a seus antigos privilégios, unicamente pelas vantagens que usufruíam [...] imaginavam sinceramente que, se as coisas não permanecessem como estavam, todo o sistema social desmoronaria (HUBERMANN, 1986, p. 40).

Além disso, surgem as novas formas de mercadoria e dinheiro no desenvolvimento social da era medieval. Os direitos que os mercadores e as cidades foram adquirindo refletiu sobre a expansão do comércio como uma nova fonte e possibilidade de riqueza, se anteriormente a terra era quem provinha a riqueza social, a expansão do comércio ocorreu uma nova possibilidade de geração de riquezas. Nos primórdios da Era feudal o dinheiro era inativo, praticamente sem movimentação alguma.

A partir desse período esse cenário muda, passa a ser constante, fluído, ativo e em movimento. Assim como o dinheiro passa a obter uma nova roupagem, os grupos populacionais da sociedade também se alteram, se anteriormente existia a delimitação de sacerdotes e guerreiros, os proprietários de terras que se encontravam em uma alta escala social, vivendo uma vida confortável através do trabalho da população servil que eram a classe mais vulnerável da época, isso passa a também ter uma nova roupagem, quer dizer, surge uma nova classe social, conhecida como classe média, essa classe que surgira possui novas formas de viver, pois se utiliza da compra e venda (HUBERMANN, 1986).

Assim, se na contemporaneidade o empréstimo de determinada quantia apresenta-se como uma prática considerada naturalmente corriqueira e comum, no feudalismo ocorria de uma forma distinta. O processo de empréstimo existia enquanto uma condicionalidade dos juros, uma quantia cobrada além, sobre o valor emprestado.

Acontece que apesar da prática ser adotada por alguns, na idade média a cobrança que excedesse o valor de empréstimo em prol do benefício do emprestador era considerada pela igreja católica um crime grave, uma prática estritamente ligada ao pecado - cuja palavra constituía lei para toda a Cristandade. Assim, em consequência, a maioria da sociedade a seguia, considerando que a influência significativa que a igreja possuía sob as relações sociais, econômicas e culturais da era feudal.

O pecado relacionado com a taxação de juros denominava-se pecado da Usura, sendo este, totalmente condenável. Tal pecado de usura era fortemente repreendido pela população que seguia a igreja católica, pois, ele representava a ruína da alma, a ganância do ser humano, bem como, rompia com os princípios de solidariedade, compaixão com o próximo e os valores concebidos e adotados pela instituição.

Sob essa perspectiva, os juros também eram abominados e considerados um alto nível de pecado, pois, seguia a premissa de que “o bom cristão ajudava o vizinho sem pensar em lucro”, desse modo o justo seria receber apenas o valor emprestado sem nenhum tipo de acréscimo.

Essa apreensão se dava pelo mesmo fato da taxaço de juros, pois, para a sociedade medieval religiosa habituar-se conviver com o dinheiro sobranle de transações econômicás significava o mesmo que gostar de viver e se desenvolver sem a prática do trabalho. O que na moral da igreja católica estava equivocado, visto que, existia uma exaltaço ao trabalho como valor natural ao ser humano, logo, ganhar dinheiro sem trabalhar não é natural e para a igreja, o que não é natural não é moral e deve ser evitado e condenado.

Através dessas considerações, se desenvolveu uma lei contra a Usura que se justificava a partir da palavra de Deus, os princípios de regulamentos, motivos e justificativas pela proibição das práticas de cobrança de juros. Aqueles que desenvolvessem o ato estariam submetidos as consequências de embargo das somas emprestadas e, também, automaticamente à prisão. Apesar da usura ser altamente condenável e rigorosa para a igreja católica, não impediu para que seus membros desenvolvessem certas vantagens sobre essas estratégias, essas formas se davam pela acumulação de riquezas e/ou como solicitantes de empréstimos a juros, o que também era condenado caso não houvesse extrema necessidade para desenvolver tal ato.

Com o desenvolver do tempo, a partir da expansão do novo tipo de comércio e da valorização do dinheiro como moeda de troca comercial, a doutrina da igreja foi estrategicamente se curvando a práticas econômicás de empréstimo por meio de exceções para determinadas situações consideradas especiais. A partir disso, a doutrina da usura foi se desmantelando e dando corpo a novas formas de transações econômicás consideradas aceitáveis, incluindo assim o empréstimo a juros como a acumulação de bens de forma legalizada, formatando uma nova fase econômicá, política e social no feudalismo.

As mudanças que foram ocorrendo dizem respeito a uma série de fatores, uma das principais se trata da nova posição do camponês com o desenvolvimento das cidades. Se antes era estabelecida basicamente uma relação hierárquica e pouco flexível, ou seja, de cima para baixo dos senhores com servos, um novo formato passa a ser adotado com a presença das indústrias e do comércio, a partir daí pouco a pouco foi se desatando as amarras que lhes eram postas, quer dizer, avanços ocorreram sob o papel subalterno e de dependência que possuíam com seus senhores.

No entanto, a necessidade dos usos do campo permanecia os mesmos, quer dizer, os alimentos que provinham da natureza se constituíam fundamentais para a população, com isso, ocorreu a ligação entre campo e cidade, enquanto uma soma de um com o outro. Sendo que, de um lado se obtinha a centralização da produção comercial e industrial e de outro, o desenvolvimento agrícola, pois, o campo se fazia valoroso em vistas que necessitava suprir as necessidades da população devido à ausência que deixaram no setor rural, destocando-se às cidades e a partir daí abdicaram de produzir seus alimentos.

Com isso, cresce ainda mais a produção agrícola, isso só se tornou possível com duas opções, sendo estas, o desenvolvimento intensivo da terra, que significava o aumento da produção, plantações, melhores métodos utilizados para desenvolvimento do setor agrícola, conciliando a união entre as forças intensivas e, também, científicas para que o melhor e maior resultado fosse coletado da terra. O outro se daria pelo desenvolvimento cultural, quer dizer, abranger novas terras que ainda não habitava nenhum tipo de cultivo. Assim, ambos os métodos foram adotados (HUBERMANN, 1986).

Assim como os pioneiros nos Estados Unidos, procurando uma forma de melhorar sua situação, lançaram os olhos sobre as terras virgens do Oeste, assim o ambicioso campesinato da Europa ocidental do século XII voltou seus olhos para as terras incultas, então abundantes, como meio de fugir à opressão [...] “O pobre e o camponês são oprimidos pela avareza e rapina dos poderosos e arrastados a tribunais injustos. Esse grave pecado força muitos a vender seu patrimônio e emigrar para terras distantes.” (HUBERMANN, 1986, p. 52).

Observa-se que os habitantes da região, na América do Norte, que no século XVIII configurariam os Estados Unidos eram quem possuía maior acesso aos espaços territoriais com vínculo à terra, diferente dos camponeses pobres da Europa do século XII que pouco poderiam desbravar terras, de fato, consistia em um largo desafio, já que reduziam-se à uma pequena parcela de regiões com o cultivo de terra, como a Alemanha, França e Inglaterra, o que se restava eram localidades restritas à pântanos, terrenos inaproveitados e florestas.

Nesse sentido, ao redor dessas grandes áreas cultivadas, revelava-se à colonização¹⁰, devido a presente precariedade vivenciada pelos camponeses, buscaram desbravar as terras inaproveitadas (pântanos e florestas) mesmo sendo um trabalho complexo e difícil, perceberam nela uma oportunidade de maior liberdade e de “propriedade de milhares de pioneiros” (HUBERMANN, 1986,

¹⁰ “A figura da “colonização” é o primeiro processo da modernidade por meio do qual o europeu se impõe sistematicamente sobre os novos encontrados, para além do contexto guerreiro e desbravador, com intenções de domesticação, modificação e universalização do modo de vida do colonizado por intermédio da perspectiva colonizadora” (DUSSEL, 1993, p. 50-1).

p. 52). Observa-se que as condições concretas e objetivas da população camponesa era presenciada por duros golpes de desigualdades sociais, pois,

[...] a transição para o capitalismo inaugurou um longo período de fome para os trabalhadores na Europa — que muito possivelmente terminou devido à expansão econômica gerada pela colonização — é algo que também fica demonstrado pelo fato de que, enquanto nos séculos XIV e XV a luta dos trabalhadores havia se centrado em torno da demanda por mais “liberdade” e menos trabalho, nos séculos XVI e XVII os trabalhadores foram espoliados pela fome e protagonizaram ataques [...] (FEDERICI, 2017, p. 155)

Vê-se que a colonização deixou marcas irreparáveis de hierarquização e violências. Consequências que retratam o trabalho forçado, a intimidação, a opressão, os impostos, os furtos, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência. Quer dizer, relações, muitas vezes desumanas, desprezíveis, onde vidas determinadas valiam mais que outras que se encontravam inteiramente desprotegidas e eram consideradas desvalidas; instrumentos de trabalho, meros objetos.

Ainda, esse trabalho desenvolvido pelos camponeses estava diretamente ligado ao cultivo da terra. Em um primeiro momento, participaram da preparação das terras para o trabalho arado e de enxada, queimadas sob a vegetação que ali se encontrava, ou seja, um movimento de extrema devastação das florestas, com auxílio de machados e outras ferramentas, levantavam raízes com a finalidade de realizar um vasto desmatamento para atender aos seus interesses maiores.

A partir desse feito, a Europa ultrapassou cinco séculos antes da América do Norte, assim, quando os EUA iniciaram o processo de limpeza com a terra, utilizaram de ferramentas nas florestas do Oeste norte-americano, a quinhentos anos antes os europeus praticavam o mesmo exercício. Fato é que a população norte-americana realizou transformações sob as terras, o que era deserto se transformou numa região de fazendas, já “[...] os pioneiros europeus esgotaram os pântanos, construíram diques contra a invasão da terra pelo mar, limpavam as florestas e transformaram as terras assim recuperadas em campos de cereais florescentes” (HUBERMANN, 1986, p. 52).

Tais acontecimentos, apesar de demandarem uma luta cansativa e extensa com vistas a posse de terras, essa conquista significou em uma parcial liberdade dos donos de um pedaço de terra, apesar de liberdade não querer dizer igualdade (MACEDO, 1995). No entanto, tornaram-se isentos do pagamento que se expressava através da força e horas de trabalho a qual estavam submetidos. Os camponeses vibravam com essa possibilidade, ora que a concessão de terras era algo bastante almejado.

A igreja, ainda que pouco familiarizada com a ideia de os camponeses adquirirem a possibilidade da concessão, se declararam de acordo com tal feito, já que era um movimento que atendia aos seus interesses, pois, seria lucrativo as terras tornarem-se produtivas pelos Europeus, além do mais, o pagamento que lhes era oferecido consistia num valor anual pelo atributo almejado de cultivar terras.

Em verdade, historicamente os camponeses obtiveram suas vidas submersas a condições sociais muito inferiores quando comparadas as demais populações, vivendo em um sistema que possuía subdivisões as quais os colocava na posição mais inferior da pirâmide social da época. Fato é que vivenciavam uma prática um tanto quanto opressora, pois, a cultura que lhes era posta estava inteiramente ligada a valores morais e éticos da Igreja, visto que, o reino dos Céus e sua fé só seriam bem aceitos se estivessem ajustados aos moldes da submissão, benevolência, caridade, e hierarquia, ou seja, cumprir o dever que lhes era atribuído sem quaisquer questionamentos. Eis que se baseava em uma vida posta a inferioridade¹¹, estritamente ligada a luta por sobrevivência (HUBERMANN, 1986).

No entanto, com desenvolvimento exacerbado do mercado as condições objetivas dos camponeses se alteram, pois, a colheita aumentara tanto que ultrapassava tantos as necessidades dos senhores feudais como dos trabalhadores rurais, podendo assim, ser vendida. Isso significava na obtenção de dinheiro para ambos. Apesar do dinheiro ainda não estar consolidado na prática habitual da sociedade, pouco a pouco ajustava-se no setor comercial.

Apesar desse salto ser bastante valoroso para os camponeses, tendo em vista que o dinheiro melhoraria suas condições de vida, em contrapartida, nesse cenário de transformações, o senhor também se encontrava a beira de trocar seu trabalho por dinheiro, o que significaria na ruína existencial da população mais vulnerável da época, que necessitava da execução de serviços para sua sobrevivência.

Além do mais, os senhores feudais percebiam na liberdade dos servos um resultado melhor e mais produtivo que na dependência de seus senhores, pois,

O senhor tinha muito em que empregar qualquer dinheiro que o servo lhe pudesse pagar. Estava pronto a concordar que, a partir de então, seu servo lhe pagasse um tanto por hectare anualmente, ao invés de trabalhar dois ou três dias por semana, como até então (HUBERMANN, 1986, p. 55).

¹¹ Vale lembrar que, para fomentar ainda mais a subalternidade de uma parcela da população, existiam leis, uma delas conhecidas como a “leis dos pobres” que normalizava a desigualdade e opressão vivenciada pela comunidade servil e camponesa. Essa discussão será aprofundada e objeto de estudo do capítulo 3 do estudo aqui apresentado.

Além do mais, as condições em que estavam submetidos, as más condições alimentícias, vestimentas, sobrecarga de trabalho, entre outras, contribuía para que a qualidade e desenvolvimento do trabalho fosse insuficiente, gerando insatisfação nos senhores feudais, que por conta disso, percebiam vantagens em abandonar o trabalho considerado tradicional e abriam portas a possibilidade de pagar um salário aos seus empregados sem demais responsabilidades. Observa-se ainda que documentos do mesmo período declaravam que um número significativo de servos além de comprar a liberdade de suas terras, compravam ainda sua liberdade pessoal e social, já que antes disso, não existia qualquer resquício de autonomia ou democracia na vida da população subordinada. O fato é que,

A experiência de autonomia adquirida pelos camponeses a partir do acesso à terra teve também um potencial político e ideológico. Com o tempo, os servos começaram a sentir como própria a terra que ocupavam e a considerar intoleráveis as restrições de liberdade que a aristocracia lhes impunha. (FEDERICI, 2017, p. 49).

Eis um cenário permeado por contradições na vida do camponês e servos da Idade Média observa-se que as condutas e condições concretas que lhes eram impostas estavam estritamente ligadas ao cunho político e social da época. Nesse sentido, o próximo capítulo trará elementos chaves para visualizar e compreender as manifestações políticas sob a esfera da sociedade feudal. Com base em as análises críticas e propositivas sob a pobreza – pobreza política e suas manifestações no modo de transição do feudalismo ao capitalismo.

3. AS MANIFESTAÇÕES DA POBREZA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO FEUDALISMO-CAPITALISMO

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (JESUS, 1960, p. 48).

O presente capítulo tem como propósito aprofundar aspectos históricos e conceituais a respeito da Pobreza - Pobreza Política, considerando que imprimem um caráter central para o estudo apresentado, seu desenvolvimento se concretiza mediante realização de uma pesquisa bibliográfica, a qual teve como recorte a produção vinculada a área das ciências sociais aplicadas, que se embasam epistemologicamente na teoria social crítica. De modo específico, pretende-se apresentar os conceitos históricos e conceituais da pobreza, ou seja, sua representação ao longo da história, mas também seu conceito impresso socialmente a partir do período histórico de transição do feudalismo ao capitalismo. Logo em seguida, trará na sequência do estudo, a pobreza política enquanto forma de resistência e desigualdade.

Desta forma, se apresenta as impressões e críticas que fizeram parte do modo de transição do feudalismo ao capitalismo, com vistas a observar seus rebatimentos históricos políticos que contribuíram para condutas populares do período histórico de transição, pois, realizar o resgate histórico possibilita na visualização da conjuntura contemporânea, unindo resquícios do passado com vistas ao presente. A discussão toma caráter particular, uma vez que há soma de outros fatores sobre a dimensão do fenômeno. Ao final do capítulo, pretende-se proporcionar visibilidade as consequências históricas políticas do fenômeno da pobreza política, assim como, observar e fomentar sua representação social ao longo da história, tecer considerações e contribuir ao debate acerca das concepções apreendidas durante o desenvolvimento do estudo.

3.1 POBREZA: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Em um primeiro momento torna-se necessário fundamentar alguns conceitos a respeito da pobreza, para que a partir disso, torne-se possível compreender e estar situando a respeito das terminologias aqui descritas. Sendo assim, o termo “pobreza” vem do latim *paupertas* e *pauper*. Estas palavras latinas passaram a fazer parte de idiomas germânicos e eslavos, que também com passar do

tempo, foram adotadas por alguns países europeus como também, por demais países da América Latina, onde derivou-se a o termo “pobreza/pobre”.

A partir do século V, na Idade Média, a pobreza se desenvolve de maneira mais acirrada, ora que abraçou largamente a população medieval e fez dos pobres a esmagadora maioria da população. Observa-se que na época, não havia perspectivas de mudanças e alterações sob a ordem da estrutura social. Sendo assim, a condição econômica e social de uma parcela específica da população caminhava para seu declínio.

Diferentes obras literárias demonstram que a partir dos séculos V ao XI houve significativas movimentações históricas sob a sociedade civil, principalmente, para aquelas que vivenciavam situação de pobreza, que por vezes, encontravam-se permeadas por conflitos sociais, sendo estes, gerados pela grande necessidade de sobrevivência, sendo que, a condição atual em que estavam inseridos encontrava-se cada vez mais desafiadora.

Observa-se que um conhecido ditado medieval sinaliza a situação vivenciada pela população da Idade Média, “Depois da fome, a peste come”, com esse ditado percebe-se que as condições em que se encontravam submetidos eram significativamente degradantes, isso se expressava principalmente pelas condições físicas da comunidade, onde apresentavam corpos desnutridos, expostos a uma série de doenças, principalmente as contagiosas e todos os tipos de pestes. A lepra era uma das principais doenças que atingia os pobres, mas não somente eles, também outras camadas subalternas da sociedade, como os cegos, viúvas, pessoas com deficiência física (MACEDO, 1995).

Sendo assim, pode-se perceber que os pobres da idade média obtiveram obstáculos constantes, a fome presente com as doenças, por um vasto período, as doenças se faziam tão constantes que debilitavam a tal ponto de levar à óbito, por esse motivo, muitas pessoas morriam por não possuir condições de se recuperar, ter acesso a medicações ou curandeiras da época.

Observa-se que as doenças estavam inteiramente ligadas ao lado místico, atribuindo uma conotação negativa àqueles que se encontravam doentes e debilitados, além do mais, estigmas e preconceitos se apresentavam de forma consistente na era medieval e a pobreza, as doenças e vagabundagem se apresentavam como praticamente sinônimos. Nessas condições, a população mais vulnerável, em vista suas demandas de sobrevivência, estavam submetidos à situações de extrema necessidade e exposição,

[...] em diferentes séculos e em diferentes situações, os pobres estiveram entregues à sua própria sorte. Em épocas de chuva abundante ou de seca prolongada, as colheitas eram afetadas e acabavam provocando a fome. Quem tinha mercadoria estocadas as vendia por preços muito altos, ou então guardava para o próprio sustento. Nessas épocas, os pobres entregavam-se aos poderosos. Vendiam-se a si e aos filhos em troca de comida. Comiam animais domésticos, ratos, alimentos imundos ou ervas de qualquer tipo [...] (MACEDO, 1995, p. 31).

Nesta perspectiva, se percebe que as condições em que os pobres se encontravam era de pura complexidade e perversidade, permeados por uma série de dificuldades, seu intuito maior era sua permanência física, quer dizer, sua sobrevivência. Quando tratadas as condições em que residiam, seus espaços ocupacionais, observa-se que o habitat dos pobres da época, consistia em uma, “Fórmula inadequada [...] Alguns vestígios de habitação dos pobres [...] esses alojamentos não deviam passar de barracos de tábuas ou caniços, com uma cobertura precária” (MOLLAT, 1989, p. 18).

Outra questão que assombrava a vida da população medieval foram as epidemias. Em verdade, elas não se constituíram a partir da Idade Média, desde os primórdios até o tempo presente as doenças se manifestam. Fato é que, no feudalismo, as enfermidades atingiam a escala mais baixa da pirâmide social, assim, os pobres eram quem sofriam os primeiros impactos das doenças, devido à baixa imunidade em decorrência da falta de alimentação adequada, como condições mínimas de higiene, se fazia quase que impossível impedir danos na saúde da população pobre.

Dessa forma, devido ao seu grande número, as doenças se alastravam por toda esfera social, da classe subalterna até o mais alto clero (MACEDO, 1995). Durante o século XIV e XV surgem novos surtos de doenças, diante das demais que já havia ocorrido durante a história, dentre elas, uma epidemia que ficou conhecida como a Peste de Justiniano ¹²que levou à óbito milhares de sujeitos na Itália, França e Espanha. O período também foi marcado pela peste negra, que foi trazida do oriente para Europa, se espalhou por todos os reinos ocidentais e por média de três anos (1348-1351), exterminou pelo menos 25% da população urbana (MACEDO, 1995).

Por esse fato, desencadeou-se uma situação de extrema vulnerabilidade, a doença mostrou a face mais perversa da fome e do adoecimento social da população, que teve diminuição considerável do número populacional. Nesse sentido, “No caso da Inglaterra por exemplo, a redução de vidas foi imensa. Em 1348, ano da peste negra, a Inglaterra tinha aproximadamente 3,7 milhões de habitantes. Meio século depois, esse número era de 2,1 milhões. A baixa demográfica foi de aproximadamente 44%” (MACEDO, 1995, p. 34).

¹² A praga de Justiniano ou peste de Justiniano foi uma epidemia, ocorrida no reinado do imperador Justiniano I, sua decorrência foi causada pela peste bubônica que causou uma série de impactos no mediterrâneo, seu acontecimento se deu no Império Bizantino entre os anos de 541 e 544. (MACEDO, 1995).

Torna-se perceptível que a pobreza se consistiu com ligação à estigmas que a reduzem somente a aspectos individuais, particulares e de cunho culpabilizador, ou seja, a ausência de determinação para melhores condições de vida, falta de propósitos e ânsia por prosperidade, “o processo é típico, a precariedade da condição conduz ao nomadismo e da vagabundagem à miséria” (MOLLAT, 1989, p. 16).

Ainda, existia uma distinção entre os pobres considerados válidos e aqueles chamados inválidos, a distinção ocorria pelos termos *pénes*, trabalhador pobre, ou *ptkobós*, esses conhecidos e tratados socialmente enquanto seres improdutivos, miseráveis, reduzidos à mendicância. O que obtinham em comum eram as necessidades por uma qualidade de vida, ora que, a grande maioria estavam à margem da insuficiência por algo; independente de qual elemento fosse, suas necessidades não eram atendidas integralmente.

Devido à essa escassez social, pobreza, mendicância, entre outras demandas sociais, a crise sanitária se tornara cada vez mais elevada, sinalizando um território extremamente vulnerável para a população em questão, visto que, encontravam-se em condições exacerbadas de alojamento, entulhos, lixos por toda parte, más condições de higiene etc. Além do mais, existiam inúmeros sujeitos com algum tipo de deficiência física, assim, essas deficiências, congênitas ou não, diziam a respeito da insuficiência alimentícia, isso quer dizer, uma séria desnutrição vivenciada pela população.

A fome se fazia como um fenômeno presente no cotidiano da população pobre do feudalismo, inclusive, os alimentos que possuíam acesso, como rações de pão e leguminosas, caroços de uva, flores de noqueira e raízes de samambaia, demonstram escassez de vitaminas A, D, E K e C. Nesse sentido, desencadeava outros sérios problemas de saúde, doenças gástricas, digestivas, diabetes, perda da arcada dentária. De fato, não ocorria nenhum benefício a eles por alimentos ou qualquer fonte de nutrientes visando atender essa demanda emergente.

O fato é que, por conta das complexas situações vivenciadas por essa população desfavorecia, sinalizava-se um terreno fértil para o acirramento de doenças e contaminações. Com vistas a toda complexidade permeada a população em situação de pobreza, a duração de suas vidas não ultrapassava a faixa dos 35 anos, com base nas inscrições funerárias da época (MOLLAT, 1989).

Vale sinalizar que o habitat dos sujeitos que encontravam-se em situação de pobreza se dava em um campo desumano e caótico, pois, sobreviviam em prédios públicos ou semipúblicos, ou em outros territórios, as rochas e a natureza era quem lhes abrigava, o solo em que os pobres estavam era permeado por contradições, já que a miséria estava inteiramente ligada à “critérios sociais e morais

[...] A vagabundagem e o desemprego apresentavam um problema político; a invalidez física ou mental, um problema moral” (MOLLAT, 1989, p. 18).

A partir desse cenário complexo e de vidas perdidas pela fome, desamparo e adoecimento que se engendra um campo de conflitos e divergências entre os pobres e a classe rica da sociedade. Fato é que se gerou um episódio de resistências populares no campo. O que acarretou uma sangria entre os dois lados, a classe subalterna e os detentores de poder da época, com seu exército, geraram ferimentos e mortes, ambos os lados sofreram impactos. Movimentos como esse potencializaram a população, mas não por muito tempo, pois às condições materiais, físicas e sociais em que se encontravam lhes impediam de resistir e praticar atos de rebeldia, ainda que fossem discretos (MACEDO, 1995).

A igreja possui historicamente um papel de ligação com a pobreza, visto que, nutridos por uma cultura profana, com ligação cristã, contribuíram para o estabelecimento da associação de princípios humanitários com práticas caridosas. O fato é que os conceitos medievais de pobreza e misericórdia se enraizaram na Bíblia, tanto no antigo como no novo testamento. Isso acarretou diretamente na concepção e desenvolvimento da pobreza em esfera social e individual.

Além disso, a visão que se constituiu de pobreza parte de princípios religiosos que partem da constituição de uma condição para chegar mais próximo de Deus e a indigência, o contrário disso. Percebe-se que a pobreza, em certo nível, é cobiçada, pois, através dos valores religiosos que a ganância era o mau do ser humano, por isso, devia viver de forma humilde, sem interesses materiais.

Em verdade, após o novo testamento, que acrescentou versículos de sobre cuidado, amor e paciência, fez com que o papel que a Igreja executado anteriormente fosse revisto, pois, o acolhimento não fazia parte cotidiana de suas práticas aos pobres. Assim, assume um novo perfil, de filantropia e caridade, que auxiliou uma grande parcela de pessoas vulneráveis da época, visando “aliviar a humilhação material e social dos pobres” (MOLLAT, 1989, p. 21).

Apesar do auxílio da Igreja, os estigmas criados e desenvolvidos sob o fenômeno da pobreza ultrapassavam qualquer ato filantrópico, as figuras conhecidas como indigentes da época, sofriam preconceitos pela condição em que estavam, além disso, possuíam associação com características específicas, como, sedentários, vagabundos, inapropriados, eram eles os responsabilizados pelas consequências de sujeiras nos territórios, epidemias, doenças variadas.

Ao olhar dos miseráveis, o qual geralmente não compreende o mecanismo econômico que lhes afastou do mundo do trabalho, existe apenas duas atitudes: a da compaixão, aliás pintada com medo por si mesma, que a Igreja - mas nem sempre ela — buscará orientar com as medidas de caridade; e a do desprezo, pois o pobre é responsável pelo seu estado, culpado de não trabalhar, suspeito de preguiça e de rebelião contra a sociedade estabelecida (FOSSIER, 2018, p. 21).

Esses elementos foram estabelecidos por conta de uma parcela significativa da população presenciarem a situação de rua e mendicância. Ora que, encontravam-se por todo canto, pedintes de esmolas e comida, em vários pontos das cidades, mas também ultrapassando delas para alcançar um nível maior de acesso as oportunidades, além do mais, ficavam conhecidos por vestimentas simples, devido às más condições em que se encontravam. Não durou muito tempo para que fossem perseguidos e expulsos de suas terras, dentre eles estavam incluídas mulheres com filhos, viúvas, pessoas com deficiência, todos aqueles considerados desajustados.

[...] maldição, eis o destino do pobre [...] a pobreza estrutural, que resulta na organização social e econômica. O pobre é um camponês juridicamente livre, às vezes ainda possuidor de um bem de raiz. Mas a insuficiência de seus recursos em víveres e em vestuário, o endividamento, a insegurança, tudo isso o leva, desde a época merovíngia, a ser objeto do patrocínio de um poderoso – e mesmo a solicitá-lo (MOLLAT, 1989).

Devido a precariedade posta aos sujeitos em situação de pobreza, aqueles miseráveis que “[...] não tem lei, nem fé própria, são excluídos dos progressos econômicos” (FOSSIER, 2018, p. 98), em sua grande maioria deles não possuía fontes de sobrevivência, alimentação, vestimentas, moradia etc. por isso, recorriam a recursos visando atender suas necessidades básicas, nesse caso, solicitar a piedade dos poderosos da época, que significava estar à disposição dos mesmos para o que fosse necessário. Em contrapartida, eles requeriam auxílio para o sustento, roupas e agasalhos. Através desse acordo, se estabelecia uma relação de dependência e poder, ainda que existisse a liberdade dos camponeses.

Observa-se que se estabelece um cenário um tanto quanto complexo, visto que, a troca desses interesses sinalizava algo incomum até então no feudalismo, quer dizer, a relação que se estabelecia era com fins diretos ao setor econômico, ainda o é, no entanto, introduz-se um elemento que anteriormente não se expressava de forma tão latente, as relações sociais passam a obter um papel relevante para à classe subalterna.

A intenção por ocupar espaços encontrava-se cada vez mais latente, por necessidades de sobrevivência, mas também de pertences à espaços. No entanto, o período da Idade Média era característico por sua rigidez e inflexibilidade, as portas encontravam-se fechadas a oportunidades

para uma reforma social, quer dizer, a possibilidade de ser e pertencer aos mais vulneráveis, os desempregados, cada vez mais numerosos, ao contrário do que se esperava, viviam uma vida de violação, mais pobres, reprimidos, espancados e ainda condenados (FOSSIER, 2018).

Esse fato é de suma importância para explicitar a hierarquia e desigualdade vivenciada pela população pobre, ora que, “Num plano cultural, as noções contidas nos adjetivos *doctuse cautus* estabelecem igualmente uma linha divisória entre pobres e poderosos [...] a única identidade evidente da palavra “pobre” com outro termo estabelece-se com “humilde”” (MOLLAT, 1989, p. 33).

Ainda, vale mencionar que apesar de um expressivo bloco da população se encontrarem em semelhantes condições materiais e financeiras, ainda, existiam distinções entre eles, fazendo com que essas condições se manifestassem de distintas formas e intensidades, sejam elas, por condições físicas, mentais e sociais.

Pode-se perceber que a classe subalterna foi emergida enquanto minoria necessária à práticas de caridades da época, pode-se dizer que até de funcionalidade, pois, tornava-se até necessária a existência do pobre para que fosse possível a prática de benevolência daqueles que possuíam maior acúmulo financeiro, para que a ideia de bons cristãos fosse permanecida. A ideia de generosidade e caridade fazia parte dos modos e condutas da Idade Média, período que a igreja possuía grande articulação e influência sobre a sociedade civil.

Por conta desse fato, existiram peças fundamentais para que o papel da assistência/caridade se desenvolvesse com êxito, sendo assim, a igreja que já possuía grande poder sobre a esfera social, se desenvolve sob uma ótica potencializada, permeada pela benevolência e associação com a caridade, filantropia etc. Por exemplo, a diaconia¹³, executava um papel de assistência aos pobres, pois, se desenvolvia uma espécie de cuidados e proteção, onde, o bispo possuía a responsabilidade pelo comprometimento de relação permeado de compaixão aos pobres e vulneráveis (MOLLAT, 1989).

A pobreza política se faz entendida como uma repressão do acesso às oportunidades disponíveis na sociedade. Tal repressão, é produzida, mantida e cultivada historicamente, constituindo-se em um legado do passado e uma dinâmica presente, no qual coloca determinados sujeitos na condição de objetos humanos sob manipulação política (DEMO, 2006).

Assim, a pobreza política se constitui enquanto um fenômeno que se expressa a uma determina parcela da população que na maioria das vezes encontra-se desfavorecida à acesso de bens

¹³ A diaconia foi originalmente um espaço construído a uma localidade próxima a Igreja, sua finalidade consistia no cuidado e assistência aos pobres e aos demais necessitados. Em realidade eram ações de cunho religioso e caridoso, ligados diretamente a filantropia e benevolência. (Macedo, 1995).

e serviços, expressos cotidianamente através da privação de inúmeras oportunidades, rebaixadas aos níveis mais degradantes da sociedade. Portanto, nessa perspectiva, é possível detectar a pobreza política no regime político de governo absolutista, na era feudal, assim como, na sequência histórica, no regime político de governo republicano, na era do capitalismo.

Nesse sentido, observa-se que a prática política necessita de coragem para romper as amarras que lhes são postas, como o silêncio e as estruturas de dominação. No entanto, percebe-se que para isso, necessita-se de movimentos que geram resistência, como uma formação política baseada no desenvolvimento de senso crítico, na valorização da condição social da população.

Dessa forma, apreende-se que as discussões que tangem o fenômeno da pobreza não se limitam ou ainda se reduzem a aspectos que a simplifiquem somente sob a esfera socioeconômica. Em verdade, a pobreza política não se configura enquanto uma nova categoria, ou ainda, uma nova pobreza que está constituída socialmente, mas sim, são aspectos da pobreza em suas particularidades, quer dizer, a esfera social que tange a pobreza, suas singularidades e complexidades pela dinâmica social posta (DEMO, 2006).

Nesse sentido que se enfatiza a necessidade de apreensão da pobreza política enquanto um fator que ultrapassa o campo econômico, da renda monetária, sua dimensão política ultrapassa o viés da população possuir determinado objeto, conteúdo etc. Quer dizer, o fator unidimensional, e se integra ao “ser”, que abrange uma esfera ainda mais particular e sensível do ser social, pois, traz o caráter único e singular do indivíduo (DEMO, 2006).

A pobreza política encontra-se inteiramente ligada às práticas de exclusão, dominação e ajustamento, em vistas que pertencem a um cenário que impossibilita aos sujeitos uma vida política, quer dizer, práticas no campo da ação. Em verdade, está ao contrário, pois, contribui para que seu desenvolvimento educacional, político e de participação popular se desenvolva de forma restrita e tímida, práticas de ajustamento e autoalienação.

Ora que, fomenta ideias individualizadas, meritocracias e culpabilizadoras. Fato é que esse movimento se torna tão perverso pois convence a sociedade mais vulnerável que suas vidas possuem pouco ou nenhum valor, isso inclui suas vontades, particularidades e necessidades individuais. Por conta disso, o que restringe ao campo social encontra-se desvalorizado que as forças que restam se reduzem a permanência por sobrevivência.

Observa-se que o conceito desenvolvido de pobreza política pode ser apreendido enquanto uma dimensão política de opressão e violação, quer dizer, tal dimensão traz aspectos que se constituem pertencentes à esfera ideológica, política e econômica da opressão. Isso significa que a

pobreza política se constitui enquanto uma ponte que une essas dimensões, pois, gera inúmeros rebatimentos que fragilizam e muitas vezes impedem o acesso à garantia de direitos do ser social (DEMO, 2006).

Destarte, isso atingirá vários níveis da subjetividade de cada sujeito, visto que, quando se trata da dimensão social, refere-se ao todo que envolve à população, seu acesso as mais variadas fontes de conhecimento, ocupação de lugares, territórios, trata-se do pertencimento social de diferentes formas, dentre elas, as formas política de se manifestar e pertencer. Ou seja, todos esses elementos enfraquecem a possibilidade de a população ultrapassar a cultura histórica de opressão e subordinação de uma classe sob a outra.

Ainda, quando se abordam questões que orientam as disputas sociais, são evidenciados aspectos que ultrapassam os bens materiais e atingem uma esguelha de desenvolvimento e pertencimento do ser humano em sociedade, “mais drástico do que não ter mínimos materiais para sobreviver é não ser nada na vida” (DEMO, 2006, p. 26).

Os sujeitos que se encontram na dura realidade da pobreza política, estão submetidos “ao processo de ignorância cultivada e tem como resultado mais palpável uma população imbecializada, marginalizada e manipulada, a população não é imbecil, mas é imbecializada [...] é massa de manobra, objeto de manipulação” (DEMO, 2006, p. 32).

Nesse sentido, o que se coloca é uma vertente que conduz a apreensão da pobreza política enquanto uma categoria que existe com uma intencionalidade, isso significa que seu intuito consiste, ainda que de forma oculta, elucidar formas de domínio e ajustamento do ser social. Tendo em vista que, a grande maioria da população se desenvolve de forma precarizada, obtendo poucos recursos, com acesso negado à educação e formas de aprendizagem que contribuam para o desenvolvimento crítico do ser social, logo, sem as ferramentas necessárias para a elaboração de uma postura criativa, crítica e questionadora, molda-se um ser que não gera formas de resistência e alterações sob o *status quo*, assim, acirrando as formas de opressão e dominação já exercidas.

Observa-se a pobreza enquanto um fenômeno que se faz permeado por contradições e complexidades, quando se observa os níveis de potencialidades políticas ao longo da trajetória histórica, se percebe um cenário de escassez, visto que, as práticas exercidas pela população eram quase que inexistentes, quer dizer, no feudalismo não havia espaço para democracia, debates, resistências ou qualquer cunho de participação popular. Isso contribuiu para que os sujeitos se fossem moldados a um perfil que atendesse os moldes da classe dominante, quer dizer, onde não há questionamento e indagações, não há modificações sob a sociedade.

Na verdade, vale sinalizar que ocorriam tentativas de alterações sociais, descentralização de poder, atos de fúria e rebeldia. No entanto, as punições eram severas para aqueles que buscavam alterações na realidade posta, assim, diminuía massivamente a intencionalidade dos demais que buscavam por mudanças. Além do mais, sofriam danos físicos e psicológicos, alguns eram duramente castigados (MOLLAT, 1989). Nesse sentido, o próximo subitem trará elementos para subsidiar a apreensão desses fenômenos na idade média. Quer dizer, evidenciar as formas de resistência e desigualdades vivenciadas pela população que viveu a pobreza – pobreza política assim como, tecer considerações e críticas com a finalidade de desenvolver o resgate histórico que une o passado e o presente.

3.2 A POBREZA POLÍTICA ENQUANTO FORMA DE RESISTÊNCIA E DESIGUALDADE

Esse item tem por finalidade desenvolver o debate sobre a manifestação da pobreza política na transição do feudalismo para o capitalismo, com vistas a evidenciar a participação popular da sociedade medieval, suas possíveis formas de resistência perante o cenário em que se encontravam, mas também, as desigualdades por eles vivenciadas e a decorrência de seus rebatimentos. Ainda, detém o propósito de fomentar a força e potência que consiste nos movimentos populares e seus impactos geradores em âmbito social.

Observa-se que, no decorrer da história, a participação popular se desenvolveu de maneira tímida, esse fato teve contribuição pelo alto nível de coesão presente na Idade Média. Já que, as expressões de resistência e/ou oposição, era vista enquanto condutas abomináveis e repugnantes. Visto que, na grande maioria das vezes, elas se manifestavam em oposição à determinado segmento social ou ainda, protestos à determinadas situações que causavam insatisfações à uma parte da sociedade.

Além disso, torna-se importante mencionar o caráter político que o segmento poderoso da época possuía, os reis e seus funcionários, quer dizer, executavam um papel de articulação com a elite rural e urbana, tanto que, quando possível, realizavam-se normas e leis que desfavoreciam a população mais vulnerável, formas de subordinação e imposição. Eram “Vários reis, vários reinos, várias leis [...] os governantes tentaram beneficiar aos senhores, mantendo o pagamento abaixo do valor real, já que a mão-de-obra era muito procurada [...] Para evitar resistência” (MACEDO, 1995, p. 40).

No entanto, um destaque ocorrido nos séculos XIII e XIV foi a libertação dos servos da gleba, ou seja, a relação “clássica” de servidão que se consolidou na Idade Média. Essa libertação dos camponeses dos laços servis trouxe consequências de situações diversas. Dentre elas, os movimentos sociais de tal período. Dessa maneira, se observa que a classe senhorial se encontrava insatisfeita com a produção servil, uma produção baseada na subsistência, o que afetaria o pleno desenvolvimento de produção, devido as formas de exploração desenvolvidas dos senhores com os camponeses.

A servidão da gleba significava assim o predomínio absoluto da produção “natural” (para consumo próprio). Nem podia satisfazer as crescentes exigências dos senhores feudais, nem podia responder às exigências do mercado. As relações de propriedade assentes na servidão da gleba tornavam-se um estorvo ao desenvolvimento das forças produtivas. Impediam que a produção agrícola acompanhasse o progresso da produção artesanal que se verificava, passo a passo, nas vilas e nas cidades. Entravavam o desenvolvimento do comércio interno e externo que, tocando mercados cada vez mais largos, exigia maior volume de produtos. É essa a contradição entre as forças produtivas e as relações de propriedade que está na raiz do declínio do sistema feudal, da liquidação da servidão da gleba e das profundas transformações socioeconômicas verificadas nos séculos XIII e XIV (CUNHAL, 1980, p. 12).

Se faz notório que as ações comerciais estimulavam as forças produtivas de tal forma que as relações de propriedade se resultariam em empecilho para o desenvolvimento comercial. Sendo assim, eliminar com as relações de propriedade, aqui menciona-se as relações servis, se tornara peça-chave para o mercado em desenvolvimento efetivo. Nesse sentido, se observa uma “[...] uma burguesia rica, poderosa, organizada [...]” (CUNHAL, 1980, p. 46). Fato é que a partir dessa categoria articulada, muitas complexidades foram postas à vida da maioria da população – aqueles que estavam submersos no baixo nível da pirâmide social da idade média, servos e camponeses.

O nível de desigualdade vivenciado pela população pobre e vulnerável da idade média se manifestava de forma gritante, além do mais, as formas de tentativas de dominação também mostravam sua face. Em determinados casos, principalmente, quando se tratava sobre seus trabalhos, criavam-se leis para impor o exercício do trabalho à comunidade, sem observar suas particularidades e singularidades, o contexto social e particular de cada sujeito.

Uma dessas leis ficou conhecida como “Estatuto dos trabalhadores” que basicamente tornava o trabalho obrigatório, sem considerar as condições subjetivas dos indivíduos, além disso, os reis exerciam a prática de tabelar os salários, como forma de controlar o trabalho e também gerar dependência da população à essas práticas, pois, o exercício do trabalho estava inteiramente ligado a manutenção do pagamento de impostos sociais, sendo um elemento essencial, prescrito na Idade Média (MACEDO, 1995).

A partir daí, gerou-se um grande nível de descontentamento por parte da população trabalhadora, haja vista que, os pagamentos de impostos¹⁴ fez com que se desenvolvesse uma série de rebeldias na comunidade, os alvos, principalmente, aqueles que detinham poder, ricos e funcionários que trabalhavam com cargos de cobrança de tais tarifas, nos reinos da época.

Em verdade, esses foram um dos maiores momentos de fúria da população medieval, isso ocorreu por conta dos impactos gerados socialmente pela obrigatoriedade dos pagamentos dos tributos, já que uma significativa parcela de seus salários se destinava a algo que não seria aproveitado por eles (MACEDO, 1995).

Alguns impostos medievais eram particularmente odiados pela população. É o caso da gabela, taxa cobrada sobre a venda do sal [...] Além de utilizado no tempero, só o sal permitia a conservação da carne e do peixe. Esse produto, insubstituível, tinha circulação controlada e monopolizada pelos homens do rei da França (MACEDO, 1995, p. 45).

Nesse sentido, ainda não habituados a pagar impostos de forma contínua, as expressões de rebeldia da população francesa mostravam-se presentes contra o governo do Rei Carlos VI¹⁵, o louco. A partir de 1380 à 1382 uma onda de tumultos e ataques ocorreram através de demolições e depredações sob o reino foram as formas de demonstrar oposição e revolta com a forma operante do Rei e seus auxiliares, principalmente, na tentativa de extinguir com o impostos de forma integral da sociedade medieval da época (MACEDO, 1995).

Ainda nesse período, dois movimentos de resistência ficaram marcados pela sua relevância na história social da idade média, sendo estes, o de Ruão, norte da França e o de Paris. O primeiro, sendo em 1382, quando um decreto real estabeleceu a cobrança de impostos permanentes. Um mês após essa implementação, houve a fúria de principalmente, artesãos de oficinas têxteis, que discordavam das decisões da monarquia. Esse movimento ficou conhecido como “Harelle”¹⁶.

Os artesões, esgotados com o desenvolvimento governamental da monarquia, iniciou uma luta com os militares e soldados. Isso impactou na libertação de prisioneiros da época. Entre outras consequências que derivaram das contrariedades que rebatiam à população mais pobre e vulnerável. A Igreja, monges e padres também sentiram a ira do povo, muitos foram violentados e mortos, pôr

¹⁴ O imposto significava a contribuição obrigatória de tributos, sejam eles quais fossem colocados pelos líderes medievais. Nesse sentido, observa-se que o pagamento desses impostos não se desenvolvia de forma opcional, assim, ou eram aceitos ou se realizavam à base da força. (MACEDO, 1995).

¹⁵ Carlos VI de França, conhecido também por “o Bem-amado” e “O Louco”, foi chefe da casa de Valois e Rei da França de 1380 até sua morte data de 1422. (MACEDO, 1995).

¹⁶ No direito normativo antigo, significava uma espécie de rebelião e protestos, nesse sentido, foi um movimento de resistência contra as novas determinações exigidas pela monarquia da época. (MACEDO, 1995).

em certo grau, defender os interesses da classe detentora de poder da era medieval. Além do mais, a igreja era uma das instituições que guardava documentos que tratavam a respeito das dívidas e títulos da população, essa era uma forma de extinguir com a documentação e se libertar das dívidas e impostos (MACEDO, 1995).

Observa-se que uma das grandes aflições da população pobre e servil, tratava-se das condições econômicas postas socialmente no seu cotidiano, os atos de fúria e rebeldia manifestavam a incessante forma de sobreviver diante do caos que se consolidava à comunidade pobre. A pobreza significava a manifestação de condições sociais indignas, exclusão, fome, escassez de recursos materiais etc.

Em Paris, a população encontrava-se no auge da sua fúria e indignação, onde, pelo menos treze bairros da cidade firmaram aliança em atos de resistência, as consequências das revoltas da população causaram mortes e feridos. Os cobradores de impostos eram os principais alvos da ira da população pobre, utilizavam-se de paus e pedras como instrumentos de cortes e de defesa, pois, em certa altura, as reivindicações eram tantas que os movimentos perderam controle e havia ataques de uns contra outros (MACEDO, 1995).

Vale mencionar que as condições dos camponeses eram um tanto quanto complexas quando se tratava das circunstâncias postas para realização dos movimentos de ataque e resistência desenvolvidas por eles, já que não possuíam acesso e condições de obter armamentos para as lutas e batalhas enfrentadas. Um dos grandes impedimentos se dava pelas más situações financeiras que se encontravam. Ainda assim, os camponeses utilizavam das ferramentas que tinham acesso para guerrear com seus oponentes.

As reivindicações, protestos e levantes podem ser entendidos como formas de oposição dos explorados contra as determinações abusivas da classe dominante [...] a pressão dos senhores contra os camponeses aumentava cada vez mais. A cada nova exigência, maior o laço de dependência e maior a exploração (MACEDO, 1995, p. 22).

Tais condições precárias vividas pela comunidade mais vulnerável da idade média, fez com que culminasse atos de fúria e rebeldia contra os ricos e poderosos da época, além do mais, com o passar das condições extremas vivenciadas por uma parcela específica da população, os mais pobres, observou-se o alto nível desigual das condições de vida social de uma classe para a outra. Esse reconhecimento gerou na classe subalterna, um desejo de visualizar o “[...] fim da subordinação econômica [...] Muitos ficavam confusos aos sonhos de igualdade, visando um mundo onde cada um devia ter o mesmo que os demais” (PIRENNE, 1968, p. 209).

Em situações como essa, de grande rebeldia e atos de resistência de uma classe sob a outra, marcava-se a presença da Igreja, ela que contribuía para capturar, julgar e dar o aval para atos extremamente violentos destinados aqueles que estivessem se manifestando de forma oposta à igreja ou ao Rei, esses atos diziam respeito de queimar e/ou a excomunhão da população manifestante, que significava basicamente em amaldiçoar ou condenar espiritualmente a alma de determinada pessoa.

Nesse sentido, observa-se que os atos de reivindicações possuíam um viés negativo e em alguns casos, intoleráveis, a população era impedida de se manifestar livremente, sob pena de tortura e perseguição. Esse tornou-se um dos pontos principais para que as manifestações fossem diminuindo dia pós dia, pois, o medo e a insegurança passaram a fazer parte do cotidiano da sociedade medieval, principalmente para aquela que se encontrava em situação desfavorável aos demais, essa que sentia e percebia os principais impactos da cobrança de juros e trabalho excessivo.

Assim, “os camponeses reivindicavam a confirmação de suas liberdades, notadamente, a redução das remessas, taxas de liberdade” (FOSSIER, 2018, p. 109). Pois, de fato, a liberdade não consistia em algo garantido à população medieval na transição do feudalismo para o capitalismo. Além do mais, era notável a diferenciação de uma classe sob a outra.

As revoltas da população servil, também se tratava das condições sobre o mercado e o comércio, quer dizer, os comerciantes, assim como os camponeses e servos, foram afetados em determinados níveis pela classe burguesa da idade média; esses que obtinham enormes lucros, fortunas e privilégios das companhias monopolizadas, eram alvos de desejos pela categoria de comerciantes, de forma fracassada, “[...] quando tentaram participar delas, foram excluídos como intrusos” (HUBERMANN, 1986, p. 143).

A classe mais vulnerável, por vezes, recebia desfalques e desvantagens, pois, os governos ainda que de forma tímida e camuflada, manifestavam-se apoio a um lado, o lado mais forte da sociedade, os detentores do poder. Desse lado social, encontravam-se as indústrias e o comércio em sua expansão. Com isso, ao tempo que havia uma classe favorecida em diversos aspectos, proporcionalmente ocorria a desvalorização de outra. A rebeldia trata-se dessas condições, opressões e desigualdades socialmente expostas a população pobre da idade média.

Um exemplo concreto de revoltas existentes na idade média, dizem respeito a exportação de lã, onde, os produtores dessa matéria prima eram impossibilitados de vender seus produtos para outras regiões. Quer dizer, se o produtor a partir disso, possuía a garantia de prejuízos, de outro lado, se consolidava o objetivo de estímulo a manufatura de tecidos e matéria prima em quantidades significativas aos fabricantes (HUBERMANN, 1986).

A transição do feudalismo para o capitalismo também ficou marcada pelas lutas sangrentas ocorridas, essas que anunciavam dos proletários, suas revoltas e insatisfações no decorrer da história, desesperados, lutavam a favor do pouco que tinham a perder. As lutas, cada vez mais, demonstravam a face distinta das classes sociais, “a aparência de uma luta de classe de ricos e pobres” (PIRENNE, 1963, p. 211). As guerras e lutas ficaram marcadas também como um período de intensa vulnerabilidade, miséria e pobreza aos camponeses e servos da idade média, consequências de intenso sofrimento para essa gama populacional. Nesses casos, a maior luta a ser vencida, passava a ser a da miséria (MACEDO, 1995).

Nessa perspectiva, além da população pobre enfrentar desafios concretos e objetivos sobre as condições de suas vidas, também vivenciavam o fenômeno da pobreza política, ora que, ocorria como formas de violação do ser e estar em sociedade. Quer dizer, muito além da ausência de obtenção de determinados itens, a possibilidade do convívio e participação social dessa categoria que se encontrava no mais baixo nível da pirâmide social da Idade Média era negada.

Outrossim, percebe-se que a população ao tempo em que reivindica suas necessidades, também encontra lacunas na possibilidade de se desenvolver e se expandir socialmente. Ora que, apesar de avanços ocorrerem devido as práticas de resistência, a população permanecia vulnerável e a margem de uma classe predominantemente mais forte e mais bem equipada para consolidar seus interesses sociais e individuais.

Além disso, observa-se que eram quase inexistentes leis escritas, tampouco, autoridades para aplicá-las, o que contribuía para que as relações se mantivessem sob o viés autoritário e hierárquico, além de que, as relações fundamentavam-se à base da tradição e costumes, isso significava em obediência e cumprimento por parte da classe servil. Os poderosos ditavam as regras e os servos as acatavam, visto que, uma vez ditada uma obrigação, automaticamente se tornava um direito irrevogável dos senhores (MACEDO, 1995).

Nesse sentido, apreende-se que na Idade média, ocorreram mecanismos que diminuíram o desenvolvimento crítico e político da população, em especial, da categoria camponesa e servil da época. Esse fato se desenvolve em um cenário permeado por relações de hierarquia e diferentes necessidades sociais, nesse sentido, cabe observar, as ações políticas de pertencimento da gama vulnerável da população medieval, se tornara pouco desenvolvido, uma vez que as demandas subjetivas e concretas exigiam atenção antes de qualquer ato político dos pobres na transição do feudalismo para o capitalismo.

Observa-se que a condição material dos sujeitos possuía significativa importância no período medieval, pois, além de através de garantia acesso à determinados itens, era ela quem direcionava suas relações sociais e de pertencimento, haja vista que, a alta burguesia se relacionava apenas com quem estivesse no mesmo nível de sua pirâmide social.

Em vistas disso, a relação entre a divisão das classes sociais ficava explícita de diversas formas, uma delas e talvez a mais enfática, se dava pela forma de diferenciação que os reis estabeleciam suas relações. Se de um lado, eles impunham tributos, controle sobre emissão e circulação de mercadorias, do outro, possuía articulação e negócios que contribuía para atender seus interesses e de seus aliados (MACEDO, 1995).

[...] os descontentamentos urbanos não trataram, senão, em certos pontos, de arrastar os campos em seu movimento. Eram tantas diferenças de espírito, necessidades e interesses que os separavam deles, que não podia existir acordo algum entre pessoas pertencentes a dois mundos distintos (PIRENNE, 1963, p. 213).

A questão de posse de bens possuía uma representação social importante na época. Nesse cenário, a taxa de impostos era quem assombrava a população vulnerável, as estações mudavam, diferentes reis assumiam o governo, mas os impostos permaneciam presentes na Idade Média. Com a presença de novos reis, os impostos eram reatualizados, sofriam alterações que prejudicavam a vida do camponês e servos, visto que, a prática de diversas atividades no campo do trabalho exigia-lhes contribuição com o fisco¹⁷.

Observa-se que no período de transição do feudalismo para o capitalismo, eram inexistentes práticas governamentais, quer dizer, benefícios e garantias sociais visando a integralidade dos sujeitos, pelo contrário, o acesso à educação, saúde, entre outros, era responsabilidade exclusiva de cada indivíduo. Pois, “[...] o que as corporações de ofício entendem por liberdade é, o privilégio que lhe garante a situação. Segundo eles, não existe outro direito, se não o adquirido. A noção do “bem particular”, substitui a “do bem comum” (PIRENNE, 1963, p. 214).

As desigualdades latentes da idade média, muitas vezes traziam à tona, o interesse da classe pobre subalterna em ter acesso à oportunidades de proximidade com atividades que não faziam parte do seu cotidiano, quer dizer, trilhar caminhos desconhecidos até então, visto que, encontravam-se limitados a uma vida destinada à miséria e ao trabalho de maneira desigual, com o mínimo necessário para sobreviver e assim, conseguir executar suas tarefas.

¹⁷ Categoria responsável para averiguar a situação dos tributos que os sujeitos deveriam pagar para a nobreza. (definição elaborada pela autora).

Assim, em busca de quebrar com essas barreiras, uma parte da população servil buscava alternativas para conseguir esse feito, uma das poucas formas encontradas, consistia em solicitar empréstimos e subsídios para os governantes e poderosos da época, o que resultara em um fardo difícil e pesado de suportar, visto que, as consequências desses empréstimos significavam em relações de humilhações e muitas vezes, subordinação (PIRENNE, 1963).

Fato é que, em um dado momento, os impostos se elevavam cada vez mais, a ponto da maioria da população não ter condições de pagar por eles. A proporção da dívida com o tempo só aumentava, a população devedora, que nesse nível já se encontrava num nível de precariedade, sem demais alternativas de escapar das cobranças, decidiram organizar uma enorme rebelião contra o aumento incessante desses valores exigidos pelo Rei.

Protestos foram iniciados com a intenção de frear tais exigências e determinações da monarquia. Sem sucesso, o que se teve foram ataques de artesões dos oficiais têxteis contra soldados, rompendo portões e libertando prisioneiros que estavam sob pena de não pagar pelos tributos exigidos (MACEDO, 1995).

Assim, um cenário caótico se estabeleceu, de muita sangria, ferimentos de diferentes gravidades, levando inclusive, à óbito diferente segmentos sociais. Em verdade, a ira popular tomou conta da sociedade, o que refletiu na destruição de muitas listas de impostos, títulos de dívidas e documentos relacionados a obrigatoriedade de pagamentos. A consequência dessa fúria coletiva refletiu em chamas, grande parte dos documentos relacionados às dívidas sociais foram queimadas pela comunidade.

Após tais atos de resistência, houve uma grande atuação das autoridades, que se encontrava sobre momento de extrema represália com a população que resistia contra as decisões estabelecidas pelo governo da época. A forma de punição encontrada pelos poderosos consistiu em capturar todo armamento que a comunidade servil e camponesa obtinha. Dentre esses, os que foram descobertos e estavam envolvidos nas rebeliões, tiveram seus destinos na direção da morte, eram executados em praça pública, como forma de penalidade as atitudes praticadas e demonstração à toda comunidade manifestante as consequências dos efeitos das resistências praticadas na Idade Média.

É nesse cenário que se observa o descontentamento e insatisfação da classe servil, tais atos de rebeldia se desenvolveram como demonstração sobre as dificuldades vivenciadas por uma categoria que enfrentara diferentes níveis de desigualdades sociais. Estas que se manifestavam em múltiplas dimensões, apesar do aspecto financeiro ser aparentemente o mais visível aos olhos, o que se tinha, eram aspectos que impactavam tanto na esfera individual como coletiva, ou seja, além da

pobreza monetária, existiam outras dimensões sobre a escassez de determinados elementos na vida dos sujeitos medievais, dentre eles, a pobreza política.

No entanto, apreende-se, com base nas literaturas da época, que a presença política da comunidade nos diferentes setores das instituições era quase inexistente, apesar de haver interesse e tentativa de inserção pela classe subalterna, esses que desejavam “[...] liberdade. Queriam ir e vir quando lhe aprouvesse” (HUBERMAN, 1986, p. 37). O que ocorria eram formas de amenização do envolvimento atuante da sociedade sobre os interesses coletivos.

Nesse sentido, não era interessante para os detentores do poder, expandir coparticipação as classes que se encontravam distante dos seus interesses e ainda, que eles elaborassem algum tipo de poder sobre acordos e decisões ocorridos na época. Assim, percebe-se que os servos e os camponeses possuíam um lugar predestinado no período de transição do feudalismo para o capitalismo, sendo este, um lugar de subordinação e obediência.

Vale mencionar um importante marco histórico de esfera mundial, sendo este, a dupla revolução¹⁸, a industrial inglesa e a social francesa, que culminou a partir desse fenômeno, em uma nova roupagem de dominação social sobre os âmbitos: político e militar de todo território Europeu. Esse marco merece destaque pois, é a partir dele, em que a presença política toma força da comunidade, observa-se que,

o completo domínio político e militar do mundo pela Europa (e seus prolongamentos ultramarinos, as comunidades de colonização branca) viria a ser o produto da era da dupla revolução. Em fins do século XVIII, várias das grandes civilizações e forças não europeias ainda se confrontavam com o colonizador, o marujo e o soldado brancos em termos aparentemente iguais (HOBSBAWM, 1996, p. 18).

A partir desse ocorrido, a roupagem social se altera, se antes existia um Estado absolutista, centralizado na figura de poder maior do Rei, com esse fenômeno, ocorre alterações expressivas sobre a comunidade, sejam elas, individuais, sociais, econômicas etc. Pois, após diversos condicionantes, o novo modelo governante se dá pelo Estado Republicano ou por Monarquias Constitucionais, sendo estes, distintos do governo anterior, absolutista, o avanço acontece na esfera política da comunidade, pois, agora, existe em certa medida, democracia e participação popular. Ainda, a ligeira expansão do capitalismo europeu tomou força, assim como, em outras variadas civilizações.

¹⁸ Nesse estudo, optou-se mencionar a dupla revolução apresentada por Hobsbawm (1996), pois, identifica sua obra como fonte de riquezas em detalhes da totalidade relacionada a diferentes fenômenos sociais e econômicos do período pesquisado nesta dissertação.

Observa-se que a dupla revolução desenvolvia sua expansão cada vez mais. Fato é que, a realização consistia em abrir portas para interesses maiores da classe detentora de poder da época, ainda que a estrutura social tivesse desenvolvido alterações, a essência das relações permanecia intacta, quer dizer, as riquezas e o predomínio por atender uma parcela restrita da população não se alterou.

Sendo assim, vale trazer uma breve descrição de cada uma das revoluções, pois, a partir delas ocorre a chamada “grande transformação”. Assim, a Revolução Industrial, possivelmente, o acontecimento mais significativo na história do mundo desde a agricultura, pois, a partir dele, houve mudanças drásticas sobre as relações comunitárias, econômicas, culturais etc. Apresentou modificações irreversíveis em toda composição social. Assim, identifica-se que essa Revolução “trouxe para toda a estrutura da sociedade um conjunto geral de mudanças que fizeram da indústria, ao invés da agricultura, o setor produtivo predominante na sociedade” (CIPOLLA, 1977, p. 27).

Nessa fase, o lucro privado já se havia estabelecido, ou seja, foi aceito e tornou-se o objetivo principal na política governamental. Nesse sentido, observando o lado político da sociedade, o Estado também se encontrava interessado nas relações que envolviam o lucro. Assim, os detentores de maquinarias, mais conhecidos como industriais, visando obter visibilidade e respeito entre os governantes, buscava-se possuir uma quantia significativa de posses e dinheiro.

Sobre essa perspectiva, verifica-se que o avanço e expansão do comércio contribuiu para o acúmulo de capital e assim, a busca por novos mercados. Esse fato proporcionou que novas áreas territoriais fossem descobertas e desbravadas, logo, produziu-se maior acúmulo de riquezas. Verificase que esse foi um momento de expressiva tensão entre diferentes segmentos sociais, pois, ocorreram uma série de disputas militares e comerciais, que buscava gerar incentivo do comércio com vistas ao aumento dos impostos sociais.

O cenário econômico encontrava-se com um desenvolvimento intenso e acelerado. Esse contexto incidiu em um período com alto nível de crescimento territorial demográfico e maior geração de produção agrícola. Isso contribuiu para que diferentes segmentos sociais vivenciassem alterações sobre a economia, segmentos como, os latifundiários, camponeses, plantadores de cana-de-açúcar, príncipes mercadores, entre outros. Esse crescimento foi amparado pela introdução de inovações tecnológicas com um valor considerado barato, que poderiam ser negociados através dos lucros que se estabeleciam na época, através da alta inflação que se estabelecia presente no mercado.

A indústria se desenvolvia aceleradamente, com a presença dos maquinários, fábricas, um novo mundo de avanço tecnológico que trazia uma nova face para sociedade que anteriormente

utilizava predominantemente o campo e natureza para se desenvolver. Esse elemento traz novas perspectivas para a comunidade, principalmente para aquela que vivenciava situação de pobreza e desigualdade. No período de 1840, ocorreu a primeira grande crise do capitalismo, esse fato incidiu em duras consequências a camada social mais vulnerável, pois, a miséria e fome se tornaram presentes por um largo período do tempo a comunidade que vivenciava situação de pobreza (HOBSBAWN, 1996).

Tudo corria muito bem para os ricos, que podiam levantar todos os créditos de que necessitavam para provocar na economia uma deflação rígida e uma ortodoxia monetária depois das guerras napoleônicas: era o pequeno que sofria e que, em todos os países e durante todo o século XIX, exigia crédito fácil e financiamento flexível. Os trabalhadores e a queixosa pequena burguesia, prestes a desabar no abismo dos destituídos de propriedade, partilhavam, portanto, dos mesmos descontentamentos. Estes descontentamentos por sua vez uniam-nos nos movimentos de massa [...] (HOBSBAWN, 1996, p. 48).

Através da vulnerabilidade vivenciada por uma significativa parcela da população e a insatisfação com a nova economia, ocorreram movimentos de oposição que produziu as revoluções de 1848 ¹⁹no continente Europeu. As revoluções demonstraram que houve mudanças na estrutura social, quer dizer, o que anteriormente era constituído na antiga divisão, clero, nobreza e plebeus. Com o desenvolvimento da indústria e do comércio, ocorreu o desenvolvimento de uma burguesia, a classe média, que consistia naqueles sujeitos de origem humilde, mas que haviam se dedicado ao comércio e empreendimento capitalistas, possibilitando que obtivessem em um grau mais elevado da pirâmide social da época.

No entanto, evidencia-se que se a classe média obteve avanços sobre os diferentes níveis de acesso social, a classe operária e pobre permanecia estática. Os trabalhadores operários eram aqueles que mais cresciam, por ser a maioria que necessitava de trabalho e condições mínimas para sobrevivência, estavam a margem do que lhes era imposto

A vida não era fácil para aqueles cujo trabalho contribuiu para o processo de industrialização. Geralmente os operários eram trabalhadores agrícolas recém-chegados, que haviam sido expulsos da terra. Muitas vezes mudavam-se para as cidades sem suas famílias que deixavam para trás até que pudessem sustentá-las no novo lugar. Essas pessoas rapidamente ingressavam nas indústrias em crescimento, onde muitas horas de trabalho – às vezes quinze horas por dia não era incomuns (PERRY, 2016, p. 58).

¹⁹ O período de 1848 foi marcado no continente europeu com movimentos revolucionários que assumiram força e potência a ponto de se propagar nos grandes urbanos. Também foi a partir de tais movimentos que se estabeleceu com precisão a definitiva oposição de burguesia e proletariado, ou seja, classes em campos opostos, o que marcaria profundamente os embates políticos posteriores da história social mundial. (elaborado pela autora).

Nesse sentido, nota-se que a revolução industrial, contribuiu para novas formulações sobre o corpo social da época. Pois, atingiu tanto a população rural quanto a urbana, ocasionando drásticas mudanças no modo de vida dos povos de diferentes espaços geográficos. Além disso, as cidades, aumentavam gradativamente em um curto período, já que a grande maioria da população que vivia no meio rural, se deslocava do campo para os novos espaços urbanos, em busca de novas oportunidades e alternativas de sobrevivência, à procura de melhores condições de vida. Já que a lei dos pobres²⁰ de 1834, foi projetada para tornar a vida tão intolerável para a população que vivenciava a situação de pobreza no campo, a ponto de forçá-los ainda que indiretamente, a abandonar a terra em busca de qualquer emprego que lhes fosse oferecido nos centros urbanos (HOBSBAWM, 1996).

O cenário que se encontrava no fim do século XVIII era de crises que assolavam a Europa e seus regimes, o qual, tiveram consequências de reivindicações e resistências, principalmente nas colônias. O cenário da França encontrava-se da mesma forma. Ocorriam reformas econômicas e políticas que alteravam os moldes da aristocracia ainda vigente, o que gerou desconforto e tensionamentos com as novas forças que surgiam.

A nobreza da época resistia bravamente sobre as alterações que se impuseram, além de ocorrer uma enorme fragilidade no Estado Francês por conta de questões econômicas que iam ao declínio. A revolução francesa, consistiu através da superação do feudalismo. Quer dizer, a tensão estabelecida pelos camponeses e jacobinos movimentaram os moldes da reforma agrária. O país francês, no entanto, não se tornou prioritário no quesito de possuidores de terras e trabalhadores agricultores, porém, essas categorias conquistaram força sobre suas terras e amparo dos regimes políticos.

A revolução francesa consistiu em um enorme movimento, forneceu potência para as políticas liberais, nacionalista e radical democrática, abrangendo quase todos os países do mundo. Seu desenvolvimento ocorreu principalmente pelos desacordos com o Estado, que já não estavam alinhados com os interesses da população e as ordens privilegiadas da época.

Dessa forma, se estabeleceram reformas que culminaram em crises avassaladoras no território francês, culminando em uma revolução. Devido a essas adversidades no cenário econômico, o aumento do desemprego, além da produção ter diminuído expressivamente. A população vulnerável e empobrecida da época convivia com um cenário de verdadeira tensão e desigualdade.

²⁰ “A lei dos Pobres foi promulgada em 1601 e manifesta a execução de trabalho obrigatório e indispensável, pois, “decretou que os pobres capacitados deveriam trabalhar para ganhar seu sustento, e a paróquia deveria providenciar esse trabalho” (POLANYI, 2000, p. 110)”.

Pois, ainda que reivindicassem que “a servidão acabasse, que os impostos pagos aos senhores fossem fixos e uniformes, que houvesse liberdade na compra e venda de produtos na escolha do trabalho e do patrão [...]” (MACEDO, 1995, p. 57). Eram tentativas de mudanças incessantes, sem retorno, um ideário de liberdade almejado. Ainda que algumas dessas solicitações fossem atendidas, eram postas de forma superficial, por uma pequena parcela do tempo, logo em seguida em que os ânimos da classe servil diminuía, as exigências retornavam ao que eram, quer dizer, a estrutura social não sofria modificações.

É nesse terreno em que se busca apreender o desenvolvimento da pobreza política, apesar de sua manifestação ser por vezes, tímida e quase oculta, o fenômeno encontrou-se presente no período da transição do feudalismo para o capitalismo.

Assim, o próximo capítulo destina-se em observar sua forma de se expressar e rebater a esfera econômica e social da época, evidenciando principalmente, o lado mais vulnerável da pirâmide social, o das classes subalternizadas e pobres, essas que possuem um histórico de represálias e tensionamentos ao passo em que existem e resistem sobre a possibilidade de participação e atuação popular. Nesse sentido, enfatiza-se tecer considerações e críticas sobre esse cenário desigual e contraditório constituído historicamente.

4. POBREZA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO: SOB A ECONOMIA E A SOCIEDADE

Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa [...] é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido (JESUS, 1960, p. 35).

Este capítulo visa tecer contribuições a respeito das manifestações da pobreza política no período de transição feudalismo – capitalismo sob aspectos econômicos e sociais. Para isso, se buscará apreender os processos que se desenvolviam à população na esfera que abrangem o *homo economicus*, tais como: condições de vida, trabalho, fontes de sobrevivência, acesso a oportunidades, bem como, os aspectos sociais, visualizar à participação da população em nível social, ocupação de espaços, áreas distintas de cargos sociais etc. Acredita-se que esse capítulo potencializa a apreensão da pobreza política e suas manifestações, assim como, demonstra os rebatimentos que possui sua presença ou ausência sobre a sociedade.

4.1 O REBATIMENTO DA POBREZA POLÍTICA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO-CAPITALISMO REFERENTE A ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.

O presente item busca elucidar os rebatimentos postos à pobreza política em esfera econômica e social no período de transição do feudalismo ao capitalismo. Assim, se observará os processos sociais que rodeavam a pobreza política e sua manifestação tanto na área econômica como na parte social da era medieval. Esse processo se evidencia enquanto fundamental para pesquisa, pois, visualizar a pobreza política socialmente, contribuirá para elaborar críticas e considerações que sob o fenômeno ainda pouco debatido e pesquisado.

Quer dizer, a realização do resgate histórico, potencializa o debate, pois, contribui para evidenciar as formas de violência e anulação vivenciada por uma grande parcela da população da época, e ainda, apreender os processos que permearam um fenômeno que se faz enraizado na cultura social, desde o passado até o tempo presente. Assim, se objetiva tecer considerações e críticas sobre esse movimento altamente perigoso que silencia e coíbe à população de viver suas próprias histórias de forma integral.

Abordar sobre o fenômeno da pobreza política, consiste em enfatizar a escassez de acesso a oportunidades sociais. E ainda, apreender que ela, ultrapassa a dimensão de miséria pura e simples, pois, manifesta sua presença quando seu desenvolvimento ocorre em detrimento do enriquecimento de uma minoria, aquela que se encontra desprovida à bens e acesso sociais. Sendo assim, a pobreza solidifica sua presença quando uma grande porcentagem da população possui desvantagens sobre inúmeras questões particulares e sociais e que ainda, produzem a riqueza do outro, sem dela fazer uso (DEMO, 2006).

Nesse sentido, ser pobre politicamente, consiste, não somente na ausência de determinado elemento, mas sim, na coibição de obtê-lo, quer dizer, o pobre encontra-se em um terreno fértil de discriminação e negação da possibilidade de ser e estar.

Assim, se constrói um ideário limitado que espaços, cargos e posições são destinados exclusivamente a uma classe específica. Simplificando, “configuram-se pelo menos dois “bens escassos”: recursos e poder. Perante a infinitude dos desejos e pretensões humanas [...] Na pobreza não encontramos só o traço da destituição material, mas igualmente a marca da segregação” (DEMO, 2006, p. 6-7).

No período de transição do feudalismo para o capitalismo, a presença desse fenômeno esteve presente. Observa-se que nessa época, conforme visto nos capítulos anteriores, as condições de acesso e poder da população se estabeleciam de acordo com o grau da pirâmide social da qual faziam parte. Ou seja, as formas de se desenvolver se davam maneira inteiramente desigual de uma classe para a outra. Assim,

Os pobres começaram a surgir na Inglaterra na primeira metade do século XVI. Eles se tornaram conspícuos como indivíduos desligados da herdade feudal, ou de ‘qualquer superior feudal’, e sua transformação gradual em uma classe de trabalhadores livres foi o resultado conjunto da feroz perseguição à vagabundagem e do patrocínio da indústria doméstica, poderosamente auxiliados pela contínua expansão do comércio exterior” (POLANYI, 2000, p. 129).

Além disso, cabe mencionar que o significado da pobreza no período mencionado, possuía um estigma delineado em princípios éticos e morais, ora que, empregava a população pobre, a condição de sujeitos fracassados, desajustados, inadaptados, indivíduos à margem da vagabundagem e miséria, puramente. Observa-se que juízos de valores eram intensamente desenvolvidos, o que dificultava as condições de desenvolvimento desse segmento social, pois, eram vistos enquanto indivíduos inferiores, desprezíveis, e assim, eram excluídos de vida em sociedade, a possibilidade de pertencer a espaços era nula.

Com o passar do tempo, a palavra pobre (*pauper*), obteve alterações expressivas. De maneira inicial, possuía uma representação que manifestava o pertencimento de uma determinada categoria atingida por alguma carência, assim: um sujeito pobre, um camponês pobre ou um clérigo pobre. Com o percurso dos anos, o vocábulo adquiriu valor substantivo: a pessoa torna-se “um pobre” (MOLLAT, 1966, p. 6-23).

Com isso, seu significado passou a traduzir a percepção quantitativa de uma categoria social específica. A qual se constitui historicamente predominante no período de transição do feudalismo para o capitalismo.

Ainda, sinaliza-se que a terminologia “pobre” se compõe rodeada de amplos e diversificados conceitos. Sobre influência clássica da cultura, apreensões sobre a pobreza foram se constituindo, grande parte por orientações da Igreja Católica, que designara os monges (*pauperes Christi*) e os eremitas (*pauperes spontaneus*).

Muitas são as constituições atribuídas ao sujeito pobre, sua relação com o significado cristão favoreceu para que o fenômeno da pobreza política obtivesse determinada obscuridade, visto que, ser pobre, consistia também na simbologia de humildade e servidão, o que corroborou para atenuar e amenizar formas de resistência e movimentos de oposição contra as situações que geravam insatisfação da classe subalterna medieval, pois, ser pobre em dada escala, constituía-se em uma qualidade imprescindível ao ser humano.

Nesse sentido, os pobres adquiriram, na ótica cristã desse período, um caráter de funcionalidade, quer dizer, gerava-se necessidade de haver pobres, para que aqueles com fortuna e poder pudesse assisti-los e exigir servidão, associando tais feitos com aspectos religiosos, nominando-os como bons cristãos, compondo assim, virtudes teológicas que garantiriam em determinado grau, benefícios consideráveis quando comparados aqueles que não praticavam atos de obediência e benevolência, considerados eminentes para a classe detentora de poder, visto que, estabeleciam vínculos importantes com a Igreja.

A única forma da população pobre possuir uma pequena visibilidade social, encontrava-se na produtividade que poderia oferecer, quer dizer, naquela período, havia uma distinção entre aqueles que encontravam-se na situação de pobreza, mas possuíam saúde suficiente para executar tarefas, trabalhar e acatar ordens, os nominados, pobres válidos e os demais, pobres inválidos, aqueles que já se encontravam debilitados fisicamente, devido às más condições sobre diversos aspectos da vida social, seja na falta de alimentação, ausência de remédios, habitação, doenças, etc.

Fato é que, o sujeito pobre além de enfrentar desafios cotidianos, era reduzido às condições concretas predestinadas para seu presente e futuro, tendo em vista que era inexistentes espaços de proteção, acolhimento e garantias mínimas para seu desenvolvimento saudável. Além disso, observava-se a seletividade ocorrida perante essa população vulnerável, o que se tinha era expressamente um descarte com aqueles vistos como inaptos ao interesse da classe dominante medieval. Nesse sentido, além das condições sociais que lhes assombrava, também, em decorrência dela, surgiam fatores subjetivos, que impactavam nos elementos psicológicos e físicos. Assim, considera-se que só é possível identificar a miséria referindo-se a critérios sociais e morais dessa parcela populacional (MOLLAT, 1989).

Observa-se ainda, que a gama populacional predominante consistia naquela em que vivenciava a situação de pobreza, no entanto, apesar de seu número ser consideravelmente superior ao da classe dominante, não havia articulação suficiente para que houvesse uma mudança efetiva na estrutura social da época, ou ainda, uma expansão de consciência sobre a força que aquele segmento social possuía.

Conforme visto no capítulo anterior, ocorreram tentativas de alterações e mudanças sobre diversos aspectos da vida em comunidade, sejam eles sobre a cultura, o trabalho ou nas relações sociais de modo geral, que se alternavam de acordo com as classes sociais.

Pois, embora manifestações se desenvolvessem, se tornara necessário condições superiores que naquele período, por diferentes razões, encontrava-se num nível muito além do que poderia ser alcançado, justamente pelas condições de subsistência da categoria servil. Consistia em um cenário de verdadeira obscuridade e em certa submissão e dependência. Visto que, alguns dependiam dos senhores para sobreviver e desenvolver.

É sobre essa perspectiva que se verifica a pobreza consistida em dois planos e separando-os, um limiar que se transforma em miséria a precariedade, podendo se desenvolver sobre vulnerabilidades biológicas, sejam essas deficiências físicas, intelectuais e mentais, ou fatores ligados a condições econômicas, havendo contribuintes da natureza, quer dizer, dos fenômenos de desenvolvimento demográfico, climático e de calamidades (MOLLAT, 1989).

Aos sujeitos pobres, existiam três possibilidades para livrar-se da situação de desigualdade social, sendo, a tentativa incessante de luta para a conquista de um nível elevado na pirâmide social, a submissão e aceitação de opressão que já lhes era garantida, ou ainda, a rebelião, como forma de resistência ao que lhes estava sendo imposto. Nenhuma dessas alternativas se tornara fácil de conseguir alcançar, a primeira possibilidade, considerada mais complexa, dizia-se respeito na

inserção de “um sistema individualista puramente utilitário de comportamento social, a selvagem anarquia da sociedade burguesa, teoricamente justificada por seu lema "cada um por si e Deus por todos” (HOBSBAWM, 2007, p. 203).

Assim, pensar na elevação de classe se tornara quase impossível, dada as condições concretas as quais a população pobre medieval encontrava-se submetida. O conformismo, manifestava-se como ato de inércia e, também, auto culpa, haja vista que, era o mesmo que renunciar a melhores condições de vida e liberdade.

Entretanto, a vida dos servos e camponeses não possuíam maiores expectativas, quer dizer, seu desenvolvimento consistia no trabalho e manutenção da vida, com as condições essenciais para conseguir sobreviver. A última alternativa, baseava-se na resistência, atos que lhes submetia ao lado oposto da classe dominante, o que uma vez decidido, lhes trariam consequências, por vezes, irreversíveis.

Para os pobres que se encontravam à margem da sociedade, restava-se três possibilidades para desviar-se de tal situação, sendo estas: a busca para se tornarem burgueses, sendo está uma situação difícil de se efetivar, tendo em vista, o grau de carência e oportunidades que vivenciavam, com a presença de um o sistema predominante individual e discriminatório, pela lógica de “cada um por si e Deus por todos” (HOBSBAWM, 2007, p. 203). A uma alternativa, consistia na manutenção da subserviência e submissão, ou seja, permanecer na situação de dependência e vulnerabilidade, sem buscas de rompimento ou modificações com o que lhes era imposto. E por fim, as revoluções, atos de rebeldia e protesto sobre as discordâncias das situações vivenciadas de uma classe para a outra.

Observa-se que após as modificações advindas da revolução industrial e junto dela os acontecimentos que tornaram efetiva a inserção das maquinarias, produções independentes da agricultura. Havia trabalhadores que se esforçavam para se unir a classe média, em busca de maior visibilidade e melhoria nas condições de vida. Eram influenciados por uma literatura moral e didática da classe média radical e os esforços protestantes que disseminavam os preceitos da autoajuda, estes, representavam a minoria, enquanto do outro lado, a grande parcela da população não conseguia apreender a totalidade dos fatos e as situações desiguais as quais estavam submetidos. Assim,

[...] havia muito mais pobres que, diante da catástrofe social que não conseguiam compreender, empobrecidos, explorados, jogados em cortiços onde se misturavam o frio e a imundície, ou nos extensos complexos que aldeias industriais de pequena escala, mergulhavam na total desmoralização. Destituídos das tradicionais instituições e padrões de comportamento, como poderiam muitos deles deixar de cair no abismo dos recursos de sobrevivência [...] (HOBSBAWM, 2007, p. 205).

Neste cenário de escassez de reconhecimento as condições postas a população pobre, perpetuava a miséria e alastrava-se uma situação de devastação econômico-social, situações contraditórias e intensamente desiguais se tornaram corriqueiras por toda Europa e passaram a fazer parte da urbanização. A violência foi um dos principais fenômenos com aumento intensivo.

No entanto, verifica-se que quem sofria os duros golpes da barbárie econômica e o descaso social que assolava o período de transição do capitalismo para o feudalismo, era uma classe específica, a subalterna, de pobres dependentes, submetidos a submissão, degradação, etc. Nesse sentido, se colocavam em um grau de subserviência em vistas a garantir minimamente o básico para sobrevivência, assim, conviviam com

O endividamento, a insegurança, tudo isso o leva, desde a época merovíngia, a ser objeto do patrocínio de um poderoso – e mesmo solicitá-lo. “Como todos sabem muito bem que não tenho com o que me alimentar e vestir, solicitei a vossa piedade, e vossa vontade me concedeu [...] deveis ajudar-me e sustentar-me no que diz respeito a alimento e vestuário, para que eu possa servir-vos e ser merecedor que me dais. Enquanto eu viver ser-vos-ei devedor dos serviços e obediência compatíveis com a liberdade, e durante minha vida inteira não terei o poder de subtrair-me a vosso poder e vossa proteção (MOLLAT, 1989, p. 31).

Assim, verifica-se que sequer havia respingos sobre as classes médias e altas, nitidamente uma divisão social de classes que excluía e gerava tensões sobre os subalternos. Consistia em “[...] um gigantesco processo de segregação de classes, que empurrava os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de miséria alijadas dos centros de governo e dos negócios e das novas áreas residenciais da burguesia”. (HOBSBAWM, 2007, p. 206).

Observou-se que a pauperização da classe trabalhadora se tornava cada vez maior, passando a ser vivenciada pela grande maioria da comunidade da época, porém, com efeitos e rebatimentos mais intensos e específicos, por exemplo, no território rural, especialmente para os trabalhadores assalariados não proprietários de terras, trabalhadores rurais domésticos e camponeses pobres, pois, a terra que antes era pública, conforme visto nos capítulos anteriores, se tornou privada, repercutindo em consequências severas como a fome, miséria, além da diminuição da renda dos trabalhadores ou ainda, a ausência de trabalho, etc. A situação em que os pobres estavam submetidos tornava os meios de sobrevivência cada vez mais desafiantes.

Dada as condições concretas desse segmento social, a consciência política perdia sentido, ou ainda sequer existia, pois, a pobreza vivenciada, ultrapassava o viés econômico, quer dizer, perpetuava sobre seus corpos desnutridos, a ausência de acesso à remédios, alimentação, o desemprego, a possibilidade de pertencimento e ocupação de espaços sociais. Não raro, casos de

suicídio ocorriam, conviver com a miséria e negação a condições mínimas de sobrevivência, se tornava insuportável para alguns sujeitos. Aos que suportavam tais situações tão precárias, a expectativa de vida era curta. Aos trabalhadores do campo, chegava ser metade quando comparados às populações rurais.

Observa-se que,

[...] a miséria — a miséria crescente, como pensavam muitos — que chamava tanto a atenção, tão próxima da catástrofe total como a miséria irlandesa, era a das cidades e zonas industriais onde os pobres morriam de fome de uma maneira menos passiva e menos oculta. Se suas verdadeiras rendas estavam caindo é ainda um assunto de debate histórico, embora, como já vimos, não possa haver dúvida de que a situação geral dos pobres nas cidades se deteriorava (HOBSBAWM, 2009, p. 147).

Nessa fase, tornou-se frequente grupos de trabalhadores dedicados ao campo deslocarem-se para a cidade em decorrência das crises repetitivas do capitalismo industrial. Houve mudanças importantes na estrutura de desenvolvimento econômico, pois, se de um lado, havia numeras populações para trabalhar, com a introdução do capital, ocorre a presença e modernização introdução das maquinarias.

Assim, um campo minado de contradições, pois, com o progresso econômico, idealizava-se por parte da comunidade, uma melhora também nas condições sociais de vida, ledo enganado, pois, a população cada vez mais enfrentava dificuldades para sobreviver longe da pobreza e miséria. A liberdade almejada na cidade era quase que fictícia, visto que, ocorria existências delineadas por seus padrões, rigidez imposta para permanecer nos postos de trabalho. Além da moradia que muitas vezes era fornecida por eles.

Além disso, as condições e situações vivenciadas pela classe subalterna, tais questões eram vistas enquanto mero condicionante da vida. Ou seja, algo comum e habitual considerado frequente para a população em situação de desvantagem social. Nesse sentido, se formava um ideário sobre o rumo das coisas que eram centralizados no individualismo e auto responsabilização, ora que,

[...] todos aqueles que pensavam um pouco sobre a sua situação — aceitavam as aflições dos pobres como parte do destino e do eterno rumo das coisas — consideravam que o trabalhador era explorado pelo rico, que cada vez mais enriquecia, ao passo que os pobres ficavam ainda mais pobres. E que os pobres sofriam porque os ricos se beneficiavam. O mecanismo social da sociedade burguesa era profundamente cruel, injusto e desumano (HOBSBAWM, 2009, p. 211).

Observa-se que esse preceito, inteiramente impresso na transição do feudalismo para o capitalismo, contribuiu para que a pobreza política, ainda que com uma face oculta e tímida, possuísse maior força sobre a sociedade. Pois, o lugar estabelecido para o sujeito pobre, eram espaços desprezados pelos demais, associados ao negativo, a impureza e o que havia de pior. Nesse sentido, os espaços de fala e pertencimento a esse segmento social se estabelecia reduzido e modesto, comprimido para aqueles que ansiavam por mudanças e alterações na ordem vigente.

Ainda assim, eram limitadas as lideranças ou coordenações nesse período, com exceção de sua manifestação política mais sólida que era o cartismo²¹. Havia um elo de solidariedade entre classe trabalhadora local, que se mantinham interligados em conjunto, em vistas à elucidar as consequências das desigualdades presentes nesse período, tais como, a fome, a miséria, e também, a fúria e a expectativas de melhorias sociais. Ressalta -se que o reconhecimento de classe era quase que inexistente, ainda que parte da classe trabalhadora estivesse articulada, ela desconhecia sua verdadeira importância e significado social, potência política que detinha e novas formas e possibilidades de estabelecer relações hierárquicas.

Essa circunstância diminuía o ritmo da classe trabalhadora, pois, com a ausência e muitas vezes, ocultação de conhecimento, a classe detentora de poder se fortalecia e adquiria poder de dominação sobre a maioria, que neste caso, era a minoria em oportunidades e vantagens. Nesse sentido, observa-se que o trabalhador é o responsável pela organização da sociedade, em diferentes níveis e circunstâncias, no entanto, ao passo que possui liberdade, na mesma intensidade, passa a ser coibido de saber sua força e responsabilidade no meio social, justamente para que, com a ausência de conhecimento, ações de busca por modificações não ocorram, vê-se que,

O trabalhador é a fonte de toda a riqueza. Quem tem produzido todos os alimentos? O pobre e mal alimentado lavrador. Quem construiu todas as casas e armazéns, e os palácios, que pertencem aos ricos, que jamais trabalham ou produzem qualquer coisa? O trabalhador. Quem tece todos os fios e faz o tecido? As tecedoras e os tecelões. Ainda assim, o operário continua pobre, ao passo que os que não trabalham são ricos e possuem abundância em excesso (HOBSBAWM, 2009, p. 11).

²¹ Foi o movimento de expressivo das classes operárias da Inglaterra, que ocorreu sobre nos períodos de 1830-1840 no século XIX, onde suas principais intenções baseavam-se na melhoria das condições de trabalho na indústria. (elaborado pela autora).

Nesse sentido, acredita-se que o ser social, ao trabalhar na transformação da natureza para a manutenção da sua vida, também trabalha na formação da sua subjetividade. Autotransforma-se por meio da sua autoatividade, porque possui a capacidade de pensar sobre os meios (instrumentos, relações sociais e realidade social) pelos quais pode desenvolver melhor o trabalho.

Todavia, a constituição da sua interação social e subjetiva diz respeito a diferentes fatores, um deles, a forma como pertence a comunidade em que vive, em outras palavras, a execução de sua cidadania. Pois, a sua produção não se reduz a um conhecimento totalmente novo, que parte do zero, mas sim, do que já está construído socialmente, dessa forma, ocorre uma reelaboração do que já está posto, processos de formação que abrange os diferentes aspectos do ser social.

No entanto, no capitalismo a possibilidade se exercer cidadania torna-se muitas vezes inacessível, uma circunstância almejada, mas com acesso inteiramente seletivo. Quer dizer, destina-se o exercício da cidadania principalmente para a parcela da população que detém poder e fortuna. Essa minoria que decide, adquire conhecimento e a destina para seus interesses e necessidades particulares.

Não obtendo as mesmas armas, o pobre sucumbe na miséria e repressão. Para sair daí, necessita de diferentes ferramentas, a proteção, acolhida e apoio, mesmo necessitando de auxílio de todos, o apoio imprescindível é o próprio, já que não lhe resta muitas alternativas de segurança e acolhimento. Assim, conservar-se como “mero apêndice da máquina”, permanece na condição de subalternidade (DEMO, 2006).

É nesse cenário de vulnerabilidade em que surge questões que geram desigualdades, mas também tensionamentos que representaram na delimitação específica de uma classe com objetivos e interesses opostos da outra.

O próximo item busca enfatizar tais processos que permearam a transição do feudalismo para o capitalismo, com ênfase nas relações sociais. Objetiva-se enfatizar o desenvolvimento histórico que culminou nas expressões de desigualdade, mas também força de uma categoria contra outra que possui um terreno fértil permeado de contradições e desassossego nas relações sociais.

4.2 OS COMPONENTES DA ORIGEM DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO.

Este item possui o propósito de discutir a origem da questão social no contexto de transição do Feudalismo para o Capitalismo. Observa-se através dessa apreensão os processos históricos e

sociais que permeiam a sociedade. Assim, busca-se contribuir com o debate sobre o fenômeno bem como, auxiliar a discussão no âmbito da profissão de Serviço Social, haja vista que, os assistentes sociais trabalham diretamente com as expressões da questão social, que se expressa enquanto resistência, mas também desigualdade social²².

Os fenômenos que são constitutivos da questão social, ou seja, os componentes que lhe dão origem são o “[...] pauperismo e as lutas do proletariado contra a burguesia - a afirmação dessa gênese por volta de 1830” (SANTOS, 2012, p.31).

A expressão “questão social”, manifesta-se na terceira década do século XIX, mais especificamente por volta de 1830, que presenciava os rebatimentos da primeira onda industrializante com ocorrência na Inglaterra. Com o intuito de explicitar o fenômeno do pauperismo que se formou no aspecto emergente da formação do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial (NETTO, 2001; SANTOS, 2012).

Um período que delineou a consolidação da existência da relação capital - trabalho, marcado por atos revolucionários de 1848 que explicitaram o antagonismo entre as duas classes fundamentais do emergente modo de produção capitalista. É através desse fenômeno que se explicita a pobreza enquanto um fenômeno fruto da dinâmica do capitalismo concorrencial (HOBSBAWM, 1977).

A relação capital-trabalho está determinada pela exploração, que é distinta dos outros modos de produção. A supressão da exploração do trabalho pelo capital não implicaria a redução da produção de riquezas. Portanto, a forma de exploração no modo de produção capitalista tem a ver com a sociabilidade burguesa construída (NETTO, 2011).

Ou seja, a questão social, portanto, retrata o fenômeno sobre uma nova perspectiva no modo de produção capitalista, pois, advém da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes. Expressa a relação entre as classes e os interesses de cada uma. Nesse sentido, pensar questão social, trata de apreender a relação entre os desdobramentos sócio-políticos de luta e organização da classe trabalhadora. Em seus primórdios, advindos do pauperismo (NETTO, 2001). Ou seja, a “[...] questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

²² Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, 2012, p. 14).

Esses processos se intensificam na medida que o desenvolvimento do capitalismo toma força, “aprofunda a vigência e capilaridade de suas leis fazendo emergir, no século XIX, o pauperismo” (SANTOS, 2012, p. 28). Para a apreensão do pauperismo como componente da questão social é preciso ir à gênese do próprio capitalismo, ou seja, o processo de acumulação primitiva do capital. É nesse processo que se emergem os fatores que irão acentuar o pauperismo do Séc. XIX, que consequentemente levaram às lutas do proletariado contra a burguesia.

No processo de acumulação primitiva estão: os cercamentos dos campos, que objetivou gerar oferta de trabalho; as medidas de desapropriação dos bens da Igreja Católica; as revoluções políticas Inglesa (1640) e Francesa (1780); a atuação de muitos trabalhadores no mesmo local; a manufatura; e, as leis coercitivas que deram início à exploração do trabalho assalariado (SANTOS, 2012).

Assim, observa-se que a dessemelhança entre os antigos modos de produção e o capitalista, essencialmente, na sua forma de existir e ser socialmente produzida, pois, se constitui de forma particular e subjetiva das demais. No capitalismo, as forças produtivas quando em desenvolvimento, são capazes de diminuir a determinação dos fatores naturais na produção da escassez. Quer dizer, a produção intencionalmente produzida por esse modelo de produção fundamenta-se nas forças produtivas potentes (maquinarias, navegação a favor, forças da natureza) que nas sociedades que o antecederam, eram frágeis e por vezes, instáveis (SANTOS, 2012).

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa capitalista, às desigualdades, às privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podiam suprimir [...] na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre às forças produtivas (crescentemente socializadas) e às relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social” [...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (NETTO, 2011, p. 158).

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, [...] (MARX, 2013, pág. 874).

Além do capitalismo ser socialmente produzido, a escassez que impacta no pauperismo e o desenvolve não constitui a “questão social”, pois, tal escassez se deriva das relações sociopolíticas que se encontram-se na sociedade burguesa, ou seja, nas relações sociais de produção.

Assim, há uma nova roupagem da pobreza, intensa e de forma muito mais visceral, representa o capitalismo na sua pior e mais perversa face, pois, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42-43).

Portanto, a “questão social” imprime sua existência, a partir do capitalismo. Ora, vale mencionar que, a pobreza, as desigualdades e as classes sociais distintas etc., não advém do modo de produção capitalista, o antecedem, conforme foi desenvolvido nos capítulos anteriores deste estudo. Fato é que as alterações significativas no cenário social, ocorrem através da relação pela luta incessante da propriedade privada e da exploração do trabalho. No capitalismo, em busca de realizar seus interesses particulares, foram criadas alternativas ditas, forças produtivas, mais numerosas e potentes quando comparadas às gerações que o antecederam.

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social” (NETTO, 2011, p.154).

Assim, observa-se que em sociedade pré-capitalistas, o pauperismo e a pobreza, delineavam-se enquanto resultado de reflexos e consequências de insuficiência de produtos, escassez da natureza, seca, chuva, entre outras demandas que eram impostas pela condição natural das coisas. Já no capitalismo, ela se delineia através da acumulação privada do capital, assim, não mais as insuficiências do solo e da terra que geram o pauperismo. Mas as próprias forças produtivas que advém do novo modo de produção, quer dizer, quanto maior for a pobreza social, proporcionalmente será o acúmulo de riquezas nesse novo formato de produção.

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, às desigualdades, às privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir [...] na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre às forças produtivas (crescentemente socializadas) e às relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social” [...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2011, p. 158).

A partir de análises marxiana, observa-se que a lei geral de acumulação capitalista²³, torna-se chave para o desenvolvimento do capitalismo e logo, da questão social, que se encontra indissociável a esse novo modelo de produção. Essa lei revela a anatomia do fenômeno e sua multiplicidade, nesse sentido, percebe-se que o desenvolvimento capitalista produz e reproduz intensivamente a “questão social” (NETTO, 2001).

A lei geral de acumulação capitalista, ultrapassa o entendimento do movimento da reprodução e manutenção de riquezas. Ela explicita a gênese da questão social, na sua face mais transparente. “A análise marxiana da ‘lei geral da acumulação capitalista’, contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter de corolário do desenvolvimento capitalista em todos os estágios” (NETTO, 2001, p. 45).

A lei esclarece os fatores que geram as expressões do desemprego e da pobreza – algumas das expressões da desigualdade social contidas na questão social –, que são vitais à acumulação capitalista (DAMASCENA, 2017, p. 51). Nessa ótica, a partir do aceleração das forças produtivas, maior é o desenvolvimento da acumulação ampliada de capital.

Com a acumulação de capital e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha, cresce a súbita força de expansão do capital (...) também porque o crédito, sob qualquer estímulo particular, põe, num instante, à disposição da produção, como capital adicional, parte incomum dessa riqueza (MARX, 2013, p. 20).

Desta forma, dois aspectos são fundamentais para apreender questões relacionadas a pobreza, sendo essas, a concentração e/ou centralização do capital, a concentração trata do crescimento do capital proporcionado pelo próprio processo de acumulação. Já a centralização se desenvolve a partir da luta das grandes empresas, com grandes estruturas e capital, que possuem maiores condições de produção equiparadas às pequenas. Ela é alcançada com a contribuição de inúmeros capitais, sejam esses individuais ou conglomerados, já formados ou em via de formação, por meio de ações ou então da constituição de sociedades (DAMASCENA; REIS, 2017).

²³ Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2011, p. 471).

A acumulação, em um contexto da centralização, favorece ao capital a circulação do capital variável, esse que é composto pela força de trabalho, no entanto, com formas de exploração muito mais intensa. Para isso, se faz necessário ações de instabilidade sobre a classe trabalhadora, que se manifesta pela insegurança sobre as condições de trabalho, salários, garantia de mão de obra, trabalhadores sem emprego fixo e a possibilidade da situação de pobreza.

Aprender sobre o fenômeno da questão social consiste, de forma indispensável, associar os elementos da crítica à economia política marxiana, pois, ela tem seu núcleo essencialmente fundado pela lei geral de acumulação capitalista. Isso significa que, a essência da questão social está inteiramente ligada com o processo de acumulação e reprodução do capital. Processo esse que diz respeito à introdução das inovações de tecnologias ainda não presenciadas nas sociedades pré-capitalistas. Esses elementos levam ao tempo de trabalho reduzido e ainda, no aumento da produção de trabalho social (SANTOS, 2012).

Essa redução relativa da parte variável do capital, acelerada com o aumento do capital global, e que é mais rápida do que este aumento, assume, por outro lado, a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população (MARX, 2013, p. 731).

No entanto, não se trata de abominar as inovações tecnológicas e abordá-las como um fator que trouxe somente dificuldades e empecilhos para a população mundial. Trata-se, portanto, de enfatizar a forma como seu desenvolvimento contribuiu para as desvantagens da população que vivia da venda de sua força de trabalho, em situação de pauperismo entre outras diversas adversidades.

Nesse sentido, o ponto nodal da discussão leva a apreender os processos que permearam as questões do acirramento da reprodução do capitalismo, quer dizer, seus interesses consistem em ir além da quantidade de horas de trabalho necessário por dia. O capitalismo não se interessa em tempo de trabalho socialmente necessário para atender as demandas sociais, almeja ir mais longe, promover a valorização do capital e assim, e promover mais valia (MARX, 2013). De tal modo, que “o processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor de força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia [...]” (MARX, 2013, 228).

Ressalta-se que as intenções no capital se restringem ao seu bem-estar e os meios necessários para alcançá-lo. Isso significa, na maioria dos casos, desconsiderar as condições de precariedades vividas da classe trabalhadora. Pois, “cada dia se torna mais claro que as condições de produção em

que se move a burguesia não tem caráter unitário, simples, mas dúplice, que *nas mesmas condições em que se produz riqueza, produz-se também a miséria*” (MARX, 2013, p. 749, grifo da autora).

Esse fato contribui para a desvalorização da vida, ora que, para existência e manutenção das forças produtivas no capital, também há necessidade de força repressiva, o que vai descartando cada vez mais um determinado segmento social, fazendo com que se restrinja apenas a uma parcela mínima da sociedade que pertence poder e luxúria, logo, forma-se uma categoria gigantesca de dependentes do capital para sobreviver, ainda que submetidos involuntariamente a diferentes formas de exploração e opressão.

Percebe-se que quando se está acumulando, sujeitos estão inseridos em sociedade, caso isso não ocorra e os sujeitos não acumulem, suas relações tornam-se limitadas, isso diz respeito tanto ao acúmulo financeiro como suas relações em sociedade. Dessa forma, percebe-se assim que pobreza está diretamente relacionada ao campo econômico sob as bases do modo de produção capitalista (MARX, 2013). Pois, “[...] este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social [...]” (MINAYO, 2009, p. 289).

O desenvolvimento traz sérios rebatimentos para a classe trabalhadora, essencialmente, pois, o desenvolvimento das tecnologias impacta diretamente na vida social daqueles que estão à mercê do capitalismo. Visto que, as necessidades humanas, condições particulares e subjetivas são insignificantes nesse modo vigente. Em verdade, os interesses reais dos capitalistas consistem em aproveitar o máximo dos trabalhadores em prol das suas demandas individuais, isso reflete a forma de maximizar a extração e produção de trabalho vivo desse segmento social.

Nesta perspectiva, o marco histórico que delimita a origem da questão social se dá pelas ocorrências do período de 1830-1848, momento esse, em que a burguesia social perde sua particularidade crítica-revolucionária devido as lutas proletárias. Ou seja, foi através da luta de classes que incidiu o desenvolvimento social, que sucede também diante das revoltas do proletariado, “os ideólogos da burguesia, preferindo inventar os mais vulgares e insípidos misticismos a encarar de frente a luta de classes entre burguesia e proletariado, a compreender cientificamente as causas e a essência desta luta” (LUKÁCS, 1992, p. 112).

Outro ponto a ser considerado são as impressões que foram associadas a “questão social” no seu surgimento. Uma visão limitada e conservadora, que se restringia a um ideário com apenas duas dimensões, o econômico e o social, quer dizer, desmistificando a correlação entre ambos, os

fundamentos econômicos com os sociais, nesse cenário, encontram-se fragmentados e desarticulados, de um lado os interesses econômicos, de outro, os conflitos e dilemas sociais (NETTO, 2001).

Nessa mesma medida, a pobreza também toma força e aumenta, seja ela de forma absoluta²⁴ ou relativa²⁵, a primeira, absoluta, equivale ao que se denomina pobreza extrema, ou seja, a escassez das condições materiais de sobrevivência de um ser humano ou de sua família. Já a relativa, diz respeito a um padrão de consumo mais favorável que a pobreza absoluta e se desenvolve, ainda que exista melhores condições sociais na vida do trabalhador (NETTO, 2007).

Desta forma, verifica-se que, quanto maior for a riqueza socialmente produzida pelo trabalhador, assim será, na mesma medida, o grau de exploração, ou seja, a riqueza é expropriada de tais trabalhadores e se torna apropriada pelo capital. Logo, não se constitui a escassez que gera a pobreza, mas a abundância de uma minoria, em detrimento, da desigualdade e condições degradantes da população mais vulnerável, a pobre trabalhadora. Dando o significado real sobre a pauperização absoluta e/ou relativa (MARX, 2013).

Partindo desse pressuposto, formulou-se a seguinte indagação para este estudo: *como se processa a transição do feudalismo para o capitalismo e quais as principais modificações que o modo vigente estabeleceu sob a pobreza política?* Tornou-se possível observar que no decorrer da história houve significativas expressões de desigualdade e resistência ao que tange a classe pobre, assim como, uma distinção histórica de classes, ou seja, diferentes níveis sociais da pirâmide social presentes em períodos que antecederam o sistema econômico capitalista.

Por conta dessa distinção social, a situação de pobreza esteve presente em diferentes cenários e governos, assim como, em sociedades pré-capitalista, isso possui um significado importante a ser mencionado, pois, ainda existe uma constituição de pobreza formulada apenas no sistema econômico capitalista, advinda dele. No entanto, percebe-se que, o que na verdade se instituiu diz respeito a forma como ela se desenvolve e se acirra, nesse modelo de produção.

²⁴ [...] roupa, alimentação e tratamento melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem as do assalariado. [...] Nas controvérsias sobre o assunto, omite-se, em regra, o principal, o caráter específico da produção capitalista. [...] Produzir mais-valor é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional. As condições de sua venda, mais favoráveis ou menos favoráveis ao trabalhador, implicam, portanto, a necessidade de sua revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital. [...] a menor preço de trabalho etc., um acréscimo salarial significa, na melhor hipótese, apenas redução quantitativa do trabalho gratuito que o trabalhador tem de realizar. Essa redução nunca pode chegar ao ponto de ameaçar a existência do próprio sistema. (MARX, 2013, p. 718-720).

²⁵ A superpopulação relativa se desenvolve de forma cíclica, surge de forma enfática nas crises do capital, nos períodos de obscuridade. Todos os trabalhadores fazem parte dela durante o tempo em que estão desempregados ou empregados parcialmente (MARX, 2013).

Quer dizer, se anteriormente as produções estavam ligadas a atender as necessidades imediatas da população, com a introdução do capitalismo, essas circunstâncias se alteram juntamente forças produtivas tecnológicas, daí observa-se que “este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera a desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas [...]” (MINAYO, 2009, p. 289).

A pobreza política se manifesta de diferentes formas e intensidades no período de transição do feudalismo para o capitalismo, no decorrer da história, tornou-se possível observar os graus de dependência na vida dos servos e camponeses, os quais os levavam a lugares de exclusão, segregação, visto que, a pobreza foi associada no decorrer das gerações como algo abominável, negativo e impuro, assim, aqueles que encontravam-se nessa situação, estavam à margem da invisibilidade e desprezo. Conforme visto nos capítulos anteriores desse estudo, a pirâmide social demonstrou e delineou qual o espaço e lugar social de cada sujeito político, logo, se havia a existência de uma classe subalterna e dependente, de outro lado, estava os detentores de poder e fortunas.

Diante das controvérsias e contradições postas em cada modo de produção, também há os dilemas da subalternidade e situação de pobreza em múltiplas dimensões, dentre elas, a pobreza política, fenômeno discutido neste estudo. Observa-se que diante de tais situações de vulnerabilidade da população medieval, poucas foram as ações que influenciaram esses segmentos sociais a potencializar ações políticas, quer dizer, pertencer e ocupar espaços que desenvolvessem seu senso crítico, sendo assim, a pobreza política esteve presente neste período como forma de demonstração e denúncia da invisibilidade e descaso vivenciado.

No entanto, observou-se um período permeado por resistência, luta e reivindicações, a classe pobre, ainda que enfrentando uma série de dificuldades, tais como, a fome, falta de emprego, doenças, etc. ainda assim, em diferentes momentos, buscou alternativas para alterar o rumo das coisas, através de movimentos que se opusessem a ordem estabelecida, muito sangue foi derramado para que avanços ocorressem, ainda que a passos lentos, eles foram conquistados.

Assim, o sistema econômico capitalista, já no seu implemento, configura a pobreza política de uma forma particular e intensa, visto que, utiliza de ferramentas que intensificam seu desenvolvimento, ainda que esses processos, por vezes sejam de formas ocultas e camufladas. Inserido em uma lógica de exclusão e perversidade, encontram-se “[...] submersos numa ordem social que os desqualifica, marcados por clichês: ‘inadaptados’, ‘marginais’, ‘problematizados’ portadores de altos riscos, casos sociais [...]” (YAZBEK, 2012, p. 292).

Aparentemente a exploração capitalista se restringe estritamente à esfera econômica. Porém, seu processo de desenvolvimento diz respeito a apropriação de toda a esfera de produção, criando-se e eficientes formas de extração da mais-valia. Uma destas, a mais-valia relativa, que basicamente está associada ao processo de avanço científico e de progresso tecnológico.

Uma vez que não é mais possível aumentar a produção através de exigências com seus empregados, os detentores dos meios de produção investem em progressos tecnológicos para aumentar o processo de produção e a quantidade de mercadoria produzida. Nesse cenário, ocorre extrema exploração do trabalho e os sujeitos não recebem qualquer benefício por trabalharem de forma significativamente mais intensa. Aos poucos, busca-se pelo desenvolvimento da diminuição de mão de obra humana para maquinários mecânicos, em vistas da substituição dos sujeitos pelas máquinas (MARIUTTI, 2000).

Eis as alterações que se manifestam do feudalismo para o capitalismo, sobre a pobreza política, em um dado momento, observa-se que a população não obtinha oportunidade de democracia, pois, a mesma ainda era inexistente no governo absolutista, se desenvolvia formas de coibição e práticas que acirravam o medo e a insegurança da população, o seguinte trecho demonstra esse cenário: “quem residir um ano e um dia na paróquia e lorris, sem que qualquer reclamação tenha sido feita contra ele, e sem eu se tenha recusado a nos submeter sua causa, ou a nosso preboste, pode aí permanecer livremente e sem ser molestado”. (HUBERMANN, 2000, p. 38).

Após sua destituição, a democracia em certo grau foi se tornando uma realidade social. Com isso, se obteve muitos ganhos em níveis político-sociais. Porém, com o capitalismo, o acirramento das desigualdades sociais e as formas de amenização da resistência tornou-se uma emblemática constante, nesse sentido, também se instituiu ferramentas para que, apesar da presença da democracia, haja uma distorção da sua imagem, impressa ideias fragmentadas e equivocadas, para que seu exercício pleno não seja efetivado, criando desafios para classe trabalhadora ao que tange a pobreza política e os demais fenômenos sociais postos à população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Caminhos não há
 Mas os pés na grama os inventarão
 Aqui se inicia uma viagem clara para a encantação
 Fonte, flor em fogo,
 O que é que nos espera por detrás da noite?
 Nada vos sovino: com a minha incerteza vos ilumino”
 Ferreira Gullar

O poema de Ferreira Gullar reflete os dilemas do presente e passado, assim como, traz uma indagação para o futuro. Apresenta em seu último trecho a reflexão de esperança e conforto de dias melhores. Com a força de manter viva a coragem e a certeza de que os caminhos postos não são lineares, consistem permeados por contradições e adversidades, ainda assim, há flores no caminho. Assim como o estudo apresentou, houve pontos altos e baixos ao longo da história que contribuíram para o avanço e retrocessos da sociedade em determinados períodos em circunstâncias políticas, econômicas e sociais.

O estudo presente, obteve como finalidade apreender a pobreza política na transição do feudalismo para o capitalismo e seu significado social nesse período. Esse regaste histórico contribui para esse apreender os efeitos das ações pré-capitalistas que contribuíram para o tempo presente. Destarte, a dissertação se deu pela seguinte estrutura: cinco capítulos, sendo estes, a introdução contendo a metodologia, o referencial teórico contendo três capítulos e as considerações finais. Assim, se discorrerá sobre aspectos centrais que foram tratados ao longo do desenvolvimento do trabalho, em vista de uma melhora apreensão dos dados e reflexões decorrentes.

Logo, este capítulo tratará os aspectos finais da pesquisa, isso significará as considerações finais estabelecidas ao longo da dissertação, principais pontos observados pela autora, indagações, críticas e proposições que se estabeleceram, sugestões e argumentos que constituem a relevância do fenômeno estudado. As potencialidades e os desafios postos ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Com vistas a contribuir para fomentar o que historicamente foi e continua sendo ocultado e negligenciado pelo capitalismo e seus apoiadores, a informação e principalmente, o compartilhamento de ideias e conhecimento. Assim, defende-se a produção de conhecimento como fonte de força e potência às classes subalternizadas. Dando voz aqueles que não possuíram a oportunidade de fala e acesso às garantias sociais, como a educação, criou-se a dissertação aqui apresentada.

Referente aos resultados alcançados na pesquisa, buscou-se apreender sobre o contexto político, econômico e social que se manifestava no tempo histórico de transição do modo de produção feudal para o capitalismo; Por conseguinte, verificou-se um contexto permeado por contradições, essas que demonstram as possibilidades e entraves que permearam a sociedade, de modo especial, a população que vivenciava a situação de pobreza, tais como, as condições de hierarquia que traziam uma série de dependências a comunidade de servos e camponeses, e ainda, vivenciavam más condições na qualidade de vida, devido as desigualdades, fome, pobreza e miséria, dada as condições de trabalho intenso e a necessidade de atender primeiramente as demandas dos patrões para posteriormente desenvolver suas atividades nas plantações e demais necessidades.

Verificou-se a desvalorização da vida humana, um contexto em que por exemplo, os animais da idade média possuíam melhor trato do que os servos e camponeses, pois, o valor atribuído a eles era mais elevado. Reflete, portanto, explicitamente as condições precárias e de desprezo que as populações se encontravam. Além disso, eram inexistentes instituições de assistência que possibilitaram refúgio e atendimento integral as demandas dos pobres, nesse caso, lhe restava a caridade da Igreja, que possuía uma relação alinhada aos interesses do Rei e seus apoiadores.

Consistia em “[...] uma organização que, em troca de proteção, frequentemente ilusória, deixava as classes trabalhadoras à mercê das classes parasitárias, e concedia a terra não a quem a cultivava, mas aos capazes de dela se apoderarem” (HUBERMANN, 1986, p. 24). Dessa forma, observou-se que a terra era principal fonte de manutenção da vida e desenvolvimento social na época, esse fato contribuiu para estabelecer a divisão social presente na idade média, essa que trouxe consigo diferentes formas de desigualdades, principalmente para aqueles que vivenciavam a situação de pobreza e miséria.

Ainda, pretendeu-se verificar as manifestações da pobreza política no período de transição do feudalismo para o capitalismo. Verificou-se que a pobreza política imprimiu seu significado ao longo da história e ainda, apresentou diversas consequências sociais para a população, nota-se que o período estudado enfrentou uma série de tensionamentos ao que tange a sua liberdade de expressão e manifestação, visto que, a época encontrava-se permeada por restrições e limitações para os segmentos fragilizados e empobrecidos, ora, as possibilidades de participação popular eram expressamente dificultosas e complexas para ser executadas.

Verifica-se que esse fato contribuiu para que desde o antecedente capitalismo, se desenvolve práticas que auxiliam no silenciamento e diminuição do agir popular, quer dizer, já no período de

transição do feudalismo para o capitalismo observou-se que algumas vozes são desenvolvidas para falar e outras, simplesmente ouvir e obedecer.

Nesse caso, apreender a reprodução das manifestações da pobreza política no espaço temporal aqui estudado, contribuiu para visualizar os processos de possibilidades e desafios inerentes a esse contexto e as relações sociais de modo geral, pois, apesar das adversidades colocadas a gama social subalterna, houve movimentos de rebeldia e tentativas de alterações na estrutura social, aos pobres gerou-se desafios mas também inquietações e movimentos de resistência, postos a uma condição de subalternidade, ir além significou passos gigantes para aqueles que por um vasto período do tempo foram e continuam sendo mal tratados, desvalorizados e ignorados socialmente.

Assim, lincar a pobreza política com a profissão do Assistente Social, é apreender os processos da questão social, ou seja, nesse caso, a resistência frente as desigualdades sociais, dito isso, verificou-se através do desenvolvimento da pesquisa, os anseios e dificuldades vivenciados pela população pobre, mas também, o movimento realizado por ela em vistas as melhores condições de vida e busca por alterações sociais, ou seja, uma apropriação de postura de política resistente, criando formas de ações e possibilidades de mudanças assim como a categoria juntamente de seu projeto ético político se compromete ao exercício da profissão.

Com a inquietação de enxergar uma luz “no fim do túnel”, se mantém viva a chama da resistência. Assim, se busca por uma sociedade menos desigual e opressora, defende-se a intransigência dos direitos humanos e sociais. Além disso, objetiva-se fomentar a participação popular, a concentração da população na ocupação dos mais diversos espaços sociais. Ser e pertencer.

Dessa forma, busca-se enfrentar a pobreza política debatida neste estudo, bem como, elucidar e fomentar a potência da educação enquanto política estruturante, que inspira mudanças radicais na sociedade, na economia, nas relações humanas e na busca por direitos, ou seja, uma sociedade libertadora, sem classes (FREIRE, 1993).

Observa-se a necessidade de enfrentamento as desigualdades sociais, a pobreza e a pobreza política, um exercício expresso enquanto um compromisso ético de toda uma sociedade com a dignidade humana. Verifica-se a necessidade de buscar romper com a tão presente onda de conservadorismo, estigmas e todas opressões e violações desenvolvidas socialmente.

O processo de desenvolvimento do ensino – educação e formação se fortalecem quando se encontra em pleno exercício e implementação, por isso, constitui-se a necessidade de viabilização e garantia de políticas públicas - sociais que auxiliem o direito ao acesso da população para a expansão do conhecimento e criticidade, em vistas a barrar com a pobreza política. Ações como essas se mostram possibilidades que barram com as práticas históricas de opressão e violação da condição humana de liberdade e emancipação.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. **Constituição do Brasil. 1988**. Documento compilado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 26 out. 2021.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 2 ed. Florianópolis: Livros e Livros, 2020.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CIPOLLA, CARLO M. **História econômica da população mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Anísio Garcez Homem. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.
- CUNHAL, Álvaro. **As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média**. Lisboa: Estampa, 1980.
- DAMASCENA, Monique Bronzoni. **Uma análise marxiana sobre o direito ao trabalho: da normatização à execução no Brasil**. Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS/PUCRS, 2017. (Tese de doutorado).
- DAMASCENA, M. B.; REIS, C. N. **Lei Geral da Acumulação Capitalista e o Trabalho no Brasil**. In: 7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social, 2019, Vitória - RS. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social. Vitória - ES: Programa de Pós-Graduação em Política Social/CCJE, 2019. v. 1. p. 1-15.
- DEMO, Pedro. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas: Armazém do Ipê, 2006.
- DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FILHO, Rodrigo de Souza; GURGEL, Claudio. **Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. São Paulo: Cortez, 2016.
- FOSSIER, Robert. **O trabalho na Idade Média**. Tradução de Marcelo Berriel. Petrópolis: Vozes, 2018.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GALEANO, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções**. 9 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Ano 2. Nº 3 (jan/jul./2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.
- _____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE**: “A Síntese dos Indicadores Sociais 2019 - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira”. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- JÚNIOR FRANCO, Hilário. **O feudalismo**. São Paulo: Brasiliense. 1983.
- KONDER, Leandro **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval**. Ed. Estampa. Lisboa, Portugal: 1998.
- _____. **O Apogeu da Cidade Medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LEFEBVRE. Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- Lukács, Georg. Sociologia. In: NETTO, José Paulo (Org.). **Grandes cientistas sociais**. São Paulo: Ática, 1992.
- MACEDO, José Rivair. **Movimentos populares na Idade Média**. Moderna. 1995.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. **A transição do feudalismo ao capitalismo: um balanço do debate**. 2000. 200 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285509>. Acesso em: 25 de out. 2020.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica de economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Tradução de Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

NETTO, J. P. Apêndice à terceira edição: Cinco notas a propósito da "questão social". In: **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco Notas a Propósito da "Questão Social". **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. "Desigualdade, pobreza e Serviço Social". **Revista Em Pauta**, n. 19. FSS-UERJ, Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. 4 ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PERRY, Anderson. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2018.

PRATES, Jane C. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. In: FERNANDES, Idília e PRATES, Jane C. (Org). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social": Particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de Serviço Social).

TURGOUT, Anne-Robert Jacques, In. OLIVEIRA, Terezinha, MENDES, Claudinei Magno Magre. **Formação do Terceiro Estado: as comunas**. Maringá: EDUEM, 2005. (Coletânea de textos de François Guizot).

TYERMAN, Christopher. **The debate on the crusades**. Manchester: Manchester University Press, 2011.

YAZBEK, Maria C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.** 2012, n.110, pp.288-322. abr./jun. 2012. São Paulo: Cortez, 2012.

APÊNDICE A – Roteiro Norteador

1. Para estabelecer a trajetória de pesquisa bibliográfica se considerou como base as respostas aos seguintes questionamentos.
2. Qual o contexto político do período de transição do feudalismo para o capitalismo?
3. Qual contexto econômico do período de transição do feudalismo para o capitalismo?
4. Qual contexto social do período de transição do feudalismo para o capitalismo?
5. Como configura-se a pobreza política na transição do feudalismo para o capitalismo?
6. Quais as manifestações da pobreza política a partir do período de transitório do feudalismo para o capitalismo?
7. Quais manifestações da pobreza política no período da transição do feudalismo para o capitalismo em pobreza econômica e social?
8. Como se configura a participação popular na transição do feudalismo para o capitalismo?

APÊNDICE B – ficha de leitura

Tabulação e fichamento das literaturas realizadas para apreensão do tema.

OBRA	ANO	PÁGINA	CATEGORIAS	CITAÇÃO	COMENTÁRIOS

Fonte: Elaboração da autora.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br